

A Crise da Renúncia e os Limites do Regime Democrático Representativo

As promessas da campanha presidencial de Jânio Quadros apontavam para o longo percurso a ser enfrentado junto ao Congresso após ser eleito. A realização das reformas de base, a moralização da vida pública e erradicação da corrupção na política foram palavras de ordem da campanha. A composição do Congresso no início da década de 1960 – antes das eleições de 1962 – não favorecia o então presidente. A oposição formada por PSD, PTB e PSP detinha 64,1% e 58,6% na Câmara e no Senado, respectivamente.¹ Esta configuração política cobraria de Jânio uma postura negociada frente à oposição no Congresso, no sentido da aprovação de seu programa político de mudanças. Benedito Valadares, senador do PSD mineiro, no intuito de manter a aliança PSD/PTB, articulou a tentativa de uma manobra que garantisse apoio aos projetos de Jânio Quadros no Congresso em troca de favores políticos. Esta proposta sofreu resistência de setores do PTB e do PSD. Armando Falcão, aliado de Valadares, acenou com a possibilidade de formar-se um partido de centro, que unisse o campo “adesista” do PSD com a UDN. Esta proposta também não obteve êxito. Os grupos que apoiavam Juscelino Kubitschek buscaram adotar uma postura oposicionista frente ao governo. Além da resistência de setores da UDN, esta proposta não recebeu apoio dos janistas. Esta foi, segundo Felipe Pereira Loureiro,² a primeira chance perdida de governabilidade.

Segundo este autor, Jânio não agiu no sentido de construir acordos junto às forças políticas majoritárias no Congresso Nacional. Seguindo o mote de sua campanha, Jânio desferiu duras críticas à “terrível situação financeira do país”, à “crise moral, administrativa e político-social”. Instalou sindicâncias e investigações coordenadas por assessores diretos e militares, sem a participação dos deputados.³ Apontou para a necessidade de se multiplicarem “órgãos da mecânica democrática, fazendo que surjam, ao lado dos tradicionais, outros, mais

¹ Diário do Congresso Nacional. 9 de Março de 1961, 1º seção, p. 1318-1325.

² LOUREIRO, F. P. Varrendo a Democracia: Jânio Quadros e o Congresso Nacional. In: *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo, ANPUH, vol. 29, nº 57, jan-jun, 2009.

³ *Ibid*, p. 187.

próximos das massas”.⁴ Sobre o tom democratizante deste discurso de Jânio no programa de rádio *Hora do Brasil*, o deputado Martins Rodrigues, do PSD do Ceará, identificando perigo nas declarações de Jânio Quadros sobre a criação de órgãos “mais próximos às massas”, questiona: “não são esta Casa e o Senado a representação autêntica das massas através do voto? A que novos processos de mecânica democrática (...) S Exa. se refere em sua oração?”.⁵

Somaram-se episódios que apontassem para a atitude “negligente” de Jânio Quadros em relação ao Congresso e à negociação política institucional. O candidato da coligação encabeçada pela UDN havia chegado à presidência contando com grande apoio popular e uma votação recorde.⁶ Logo no início de seu mandato presidencial, o ex-governador de São Paulo evocava a “vontade popular” e dizia que buscaria apoio no povo se preciso fosse, para governar. Desta feita, o presidente criava o clima de ineficácia política dos parlamentares em relação à aprovação de leis e, justificava a necessidade de o próprio povo falar por si nos momentos em que o presidente não obtivesse sucesso na negociação política. Segundo Lucia Hippólito, “Jânio, por sua vez, desprezou a configuração partidária do congresso, não negociou com os partidos, ignorou as regras do jogo político e tentou governar apesar do Legislativo”.⁷ O distanciamento entre Executivo e Legislativo caracterizou-se nas declarações de alguns parlamentares do suposto “autoritarismo” de Jânio Quadros nas críticas do presidente ao Congresso.

Neste quadro de debate conflituoso, onde as instituições republicanas participavam com declarações de deslegitimação mútua, o Congresso buscou tomar medidas que fortalecessem a autonomia do Poder Legislativo. Por outro lado, ao “negligenciar” os trabalhos do Congresso, Jânio Quadros buscava sua

⁴ Janio Quadros, APUD. LOUREIRO, F. P. Varrendo a Democracia: Jânio Quadros e o Congresso Nacional. In: *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo, ANPUH, vol. 29, nº 57, jan-jun, 2009. p. 190.

⁵ Martins Rodrigues, APUD. LOUREIRO, F. P. Varrendo a Democracia: Jânio Quadros e o Congresso Nacional. In: *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo, ANPUH, vol. 29, nº 57, jan-jun, 2009. p. 191.

⁶ Nas eleições de 1960, Jânio Quadros recebeu 5.636.623 votos, a maior votação até então obtida por um candidato à presidência, atingindo 48% do eleitorado contra 3.846.825 (32%) dados a Henrique Lott e 2.195.709 (19%) a Ademar de Barros. Ver, MAYER, J. M. e XAVIER, L. Jânio Quadros. In: ABREU, A. A. de, BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F. e LAMARÃO, S. T. de N. (Coordenação). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós -1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 4822.

⁷ HIPPOLITO, L. *De Raposas e Reformistas: o PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-1964)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 111.

justificativa na importância da independência entre os Poderes. Esta postura o ajudou a manter, diante da população, a imagem de um homem que não se misturava com os demais partidos e seus políticos, reforçando a alternativa voluntarista e individual frente às instituições políticas. Esta maneira de enxergar a virtude moral como solução aos problemas políticos será marcante no contexto lingüístico da década de 1960.

Como importante reflexo dos meios utilizados por Jânio a fim de esvaziar o Congresso politicamente, um interessa amplamente a esta pesquisa: o debate sobre a participação popular na democracia. Abre-se campo para uma constante tensão entre uma participação direta – via plebiscito, manifestações sindicais, reivindicações no espaço público – e entre uma participação mediante representação – via Legislativo federal. Com o suicídio de Getúlio Vargas, João Goulart figuraria como grande líder trabalhista e buscaria consolidar esta posição com o apoio dos sindicatos. A relação próxima e “amigável” com os sindicatos trouxe para João Goulart a oposição daqueles que eram temerários de uma democratização da participação política dos trabalhadores através dos sindicatos e das classes subalternas. A oposição a João Goulart será marcada pela constante valorização do Congresso enquanto único representante legítimo do povo e da desqualificação da participação da sociedade civil.

Diante da renúncia de Jânio Quadros e do posterior veto dos militares à posse de Jango, o Congresso posicionou-se em busca da afirmação de sua legitimidade frente ao poder militar e de sua liderança no processo político. Esta busca esteve ligada ao clima criado pelas declarações negativas de Jânio Quadros em relação ao Congresso. Com a renúncia do presidente abre-se uma oportunidade para que o Congresso reforce seu papel de principal instituição de representação política. A aprovação da emenda parlamentar pelo Congresso obteve status de “solução” frente a um impasse posto entre os Ministros militares e o Congresso. Este impasse apresentava-se, também, entre a manutenção das regras constitucionais e a intervenção militar na política. O parlamentarismo surge como um entendimento entre o veto dos militares a Jango e a manutenção das instituições democráticas, um “meio-termo” entre militares e parlamentares. O parlamentarismo surge como forma de limitar as ações de Jango que preocupavam os Ministros militares e grupos políticos conservadores, bem como reposicionar o Congresso no cenário político institucional do país.

O governo de João Goulart foi palco de uma batalha semântica em torno do conceito de democracia. Percebe-se nas páginas dos jornais analisados a presença de um idioma político deslegitimador da participação direta, que se diferencia do discurso governista. Os grupos que apoiavam João Goulart defendiam uma democracia pautada na participação direta via mobilização de movimentos sociais. Este mecanismo foi responsável pela consolidação de uma ampla base de apoio formada por movimentos da sociedade civil, sobretudo dos trabalhadores, ao governo de Jango. Ao longo do governo, algumas decisões políticas foram tomadas sob forte pressão de grupos sociais ao Congresso.

Como forma de melhor conhecer as concepções de democracia e os idiomas políticos destes jornais, neste capítulo serão analisados inicialmente alguns editoriais sobre a Política Externa brasileira de Jânio Quadros antes de sua renúncia. Posteriormente a análise dos jornais estará relacionada aos argumentos utilizados frente à crise político-militar instaurada após o veto à posse de João Goulart pelos Ministros militares que tentaram estabelecer os limites e os rumos para o regime representativo. Em um segundo momento, diante da crise da eleição do Gabinete Ministerial em julho de 1962, buscarei analisar como que estes limites e rumos ao regime democrático representativo serão manipulados frente às reivindicações por uma maior participação estudantil nas universidades, e diante da cobrança, através da mobilização política dos sindicatos, de um Primeiro Ministro “nacionalista”.

1.1

A Democracia Antes da Renúncia

Após sete meses de um governo personalista e suprapartidário, que conviveu com medidas controversas e autoritárias, Jânio Quadros apresentou sua renúncia ao Congresso, que prontamente a aceitou. A postura de Jânio Quadros durante a sua passagem pela presidência da República provocou cisões no principal partido que o apoiara, a UDN, e os já mencionados conflitos com o Congresso. Ponto de maior discordância entre uma parcela da base aliada do governo e Jânio Quadros, era a Política Externa Independente (PEI). As críticas à postura independente e de não alinhamento assumida pela política internacional culminariam no episódio de apoio à Revolução Cubana. Entre os jornais

analisados, a opinião sobre o posicionamento do Brasil no cenário internacional esteve dividida entre aqueles que apoiavam, e os que não apoiavam a PEI. Na segunda metade de agosto, as discussões sobre a participação do Brasil na conferência de Punta Del Este possibilitam apreender sob quais bases o regime democrático era visto.

Em editorial de 16 de agosto, o *Jornal do Brasil* elogiou a postura da delegação brasileira na conferência sobre o assunto de Cuba. O Brasil apoiou a Revolução Cubana e demonstrava seu desejo de ver aquele país retornar ao regime democrático. Neste sentido, o jornal manifestava a capacidade transformadora da Política Externa Independente e o papel proeminente do Brasil entre os países da América Latina no que diz respeito à manutenção da democracia e dos princípios cristãos. Dias antes da renúncia, o *Jornal do Brasil* apontava com críticas a postura de alguns grupos políticos brasileiros:

“A inquietação que alguns setores da sociedade brasileira sentem diante da política externa do presidente Jânio Quadros é compreensível, embora não seja justificável. Toda inovação tem os seus aspectos inquietantes, especialmente para aqueles que não tem a exata compreensão do que está acontecendo em derredor. As classes conservadoras, que são as que mais se espantam com as providências diplomáticas tomadas pelo Presidente da República, demoraram muito a se convencer de que o país devia empenhar-se, num ritmo acelerado, em tarefas do desenvolvimento econômico. Quando perceberam que o processo do desenvolvimento não só era do interesse do Brasil, como também lhes trazia benefícios e lhes abria perspectivas, não tiveram a percepção de que era imperiosa a execução de uma política externa despida de preconceitos e temores. O presidente Jânio Quadros, de maneira abrupta, e o Chanceler Afonso Arinos, com argumentação lógica, puseram as classes conservadoras diante da realidade, nua e crua. Em pouco mais de seis meses, o governo fez mais do que atualizar a política externa [...] E, na maioria dos casos, o Brasil se colocou em pé de igualdade com outras nações do Ocidente que fazem questão de ter maior liberdade de ação possível no âmbito dos compromissos naturais que tem com as idéias democráticas e com os princípios cristãos.”⁸

O jornal relaciona diretamente a postura independente do Brasil ao desenvolvimento econômico. O jornal qualifica a postura negativa à política externa dos “conservadores” baseada em preconceitos e temores – o *Jornal do Brasil*, neste momento, mantinha uma postura cautelosa em relação ao “perigo comunista” e tratava-o como artifício de agitadores relativizando sua concretude.⁹

⁸ *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1961, p. 6.

⁹ Alzira Alves de Abreu afirma que a partir da Revolta dos Sargentos, em setembro de 1963, a imprensa se distancia do governo de João Goulart e apresenta como solução para a crise seu *impeachment* e sua substituição dentro da legalidade. Ver ABREU, A. A. de. 1964: A Imprensa

Para o jornal a ameaça comunista era tão grande quanto a “conspiração de direita” no continente americano¹⁰. Neste momento o jornal considerava necessária a mudança na política externa em virtude das necessidades do País manter-se em um ritmo acelerado para o desenvolvimento econômico. Desta maneira, a inquietação das classes conservadoras, movida pela reação à inovação, não se justificaria. A posse do raciocínio lógico seria, portanto, o que tornaria possível perceber as necessidades *reais* do País e qualificar os adversários em relação ao conhecimento desta “realidade”. A “realidade brasileira”, desconhecida pelas *classes conservadoras*, lhes foi mostrada através da argumentação *lógica* do chanceler Afonso Arinos.

“Realidade brasileira” era conceito valorizado nos meios intelectuais brasileiros. Criado em julho de 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) tornou-se um instituto de pensadores sociais desejosos de contribuir para a definição de um projeto coerente de futuro nacional. A construção deste futuro, segundo alguns de seus autores, passava pela percepção adequada da realidade do país, traçando uma relação entre presente, passado e futuro. Esta percepção da *realidade nacional* e da inadequação de algumas estruturas diante da atualidade era oriunda da apropriação do pensamento existencialista¹¹ no Brasil da década de 1950. Longe de relacionar o *Jornal do Brasil* ao idioma político nacionalista isebiano, considero ser possível aproximá-lo do ISEB em um mesmo contexto lingüístico, pois a postura deste jornal sobre o desconhecimento da *realidade* por parte das *classes conservadoras*, e a relação deste desconhecimento com a posse da racionalidade lógica também é encontrada nas obras de alguns isebianos. O conhecimento lógico qualificava os adversários no debate político.

O jornal *O Globo*, crítico contumaz da postura independente da Política Externa de Jânio Quadros, dirigia-se às pessoas que estavam alarmadas com certas atitudes e declarações do presidente Jânio Quadros neste setor. Buscando tranquilizar estas pessoas sobre a influência norte-americana no Brasil, o jornal, alega:

ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, M. de M. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 108.

¹⁰ FERREIRA, M. de M.; MONTALVÃO, S. *Jornal do Brasil*: in: ABREU, A. A. de; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F.; LAMARÃO, S. T. de N. (Coordenação). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, Vol. 3, 2001 p. 2870.

¹¹ PAIVA, V. P. *Paulo Freire e o Nacional desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Divergimos principalmente da espetaculosidade com que S. Ex. Se compraz em proclamar a “independência” de seu governo no trato dos problemas externos, como se seus antecessores (inclusive o insuspeito Getúlio Vargas) houvessem vivido atrelados à Casa Branca, obedecendo automaticamente aos seus menores acenos.

Toda gente sabe que isso é redondamente falso. Falso desde logo porque os norte-americanos jamais tentaram impor-nos esta ou aquela medida contra o soviétismo.¹²

As críticas do *O Globo* orientavam-se à postura brasileira em relação ao bloco soviético. Sobre a conferência de Punta Del Este comenta que o Brasil terá, diante do aceno em relação à Aliança Para o Progresso, afinal, seu Plano Marshall. A assinatura da *Carta* foi recebida com grande entusiasmo pelos jornais. A carta representou o lançamento oficial do pacote de ajuda econômica dos EUA aos países da América Latina. O governo norte americano teria finalmente compreendido que era negativo abandonar as demais repúblicas americanas aos seus próprios recursos.¹³ Este projeto “revolucionário” permitiria aos países latino-americanos a execução de uma obra de desenvolvimento econômico e social que poderia mudar sua face.¹⁴ Sobre as declarações da delegação brasileira em relação à Cuba, o jornal *O Globo* manifesta uma opinião que demarca o caráter antitético dos mundos existentes:

Aí estão, pois, demarcadas as fronteiras: para o comunismo – a abolição total da propriedade e da iniciativa privada; para os democristãos – o Estado não é o senhor, mas o que complementa, se e quando necessário, a ação dos particulares.¹⁵

Na conferência de Punta Del Este a postura da delegação norte-americana orientou-se para a exclusão de Cuba do plano de desenvolvimento continental. O *Jornal do Brasil*, que havia manifestado frustração em relação a tal medida, declarou:

Aspecto negativo foi a exclusão de Cuba do plano de desenvolvimento econômico continental – exclusão que tornou inúteis os melhores esforços exercidos pelo Brasil em sentido contrário e que desmentiu as esperanças manifestadas por quantos, nos últimos dias, se entusiasmaram com a sobriedade da delegação norte-americana em relação ao problema cubano.¹⁶

¹² *O Globo*, 5 de agosto de 1961, p. 1.

¹³ *Diário de Notícias*, 20 de agosto de 1961, p. 4.

¹⁴ *Tribuna da Imprensa*, 19 de agosto de 1961, p. 4.

¹⁵ *O Globo*, 10 de agosto de 1961, p. 1.

¹⁶ *Jornal do Brasil*, 18 de agosto de 1961, p. 6

O Globo, por sua vez, declarou a postura norte-americana como um “marco de renovação e esperanças”. “Em suma: Punta Del Este foi o triunfo da solidariedade das Américas [...] Ali se comprovou que não carecemos de sair dos regimes representativos para atingirmos os objetivos progressistas dos nossos povos”.¹⁷ O progresso estaria vinculado à manutenção do regime representativo. O jornal *O Globo* mantinha uma preocupação constante com o “perigo comunista” e a possibilidade da instauração de uma ditadura comunista no Brasil. Estes trechos acima selecionados, embora demonstrem divergência sobre o problema cubano, estão inseridos em um mesmo contexto lingüístico. Ainda que haja divergências em relação às concepções de desenvolvimento econômico entre os jornais, ambos concebiam a tradição cristã e o sistema representativo como bases fundamentais do regime democrático.

O *Correio da Manhã* fixou-se no problema do desenvolvimento do continente americano e na Aliança para o Progresso. Sua postura em relação à Política Externa do presidente era de aceitação: “Temos achado certa, em suas linhas gerais a Política Externa do presidente da república”.¹⁸ Seus editoriais sobre a Aliança para o Progresso e a ata de Punta Del Este também reforçam a necessidade da manutenção dos regimes democráticos na América Latina, mas apontam para a importância dos esforços nacionais na implementação de reformas estruturais no país. “Do nosso esforço dependerá essencialmente o sucesso do programa e também da continuidade de nossas instituições”.¹⁹ Afirmam que os governos latino-americanos que assinaram a ata de Punta Del Este assinam também o compromisso de promover imediatas reformas básicas a fim de que faça valer a ata. “Agora, depois da ata, precisa-se de nossa parte de atos”.²⁰ As reformas estruturais estariam relacionadas à aceleração do desenvolvimento econômico e, por conseguinte da consolidação do regime.

O jornal demonstrava entusiasmo e otimismo em relação aos pontos estabelecidos como metas para a “salvação” dos países latino-americanos. Mas o caso mais difícil, segundo o jornal, é o das “verdadeiras democracias”. Nestas democracias, o poder dos governos, quando decididos a realizar as reformas necessárias, é limitado “pelas instituições constitucionais e pelas forças que sabem

¹⁷ *O Globo*, 22 de agosto de 1961, p. 1.

¹⁸ *Correio da Manhã*, 22 de agosto de 1961, p. 1

¹⁹ *Correio da Manhã*, 15 de agosto de 1961, p. 1.

²⁰ *Ibid.*

aproveitá-las e entrincheirar-se atrás delas”.²¹ O problema residia nas *forças* que se aproveitavam da democracia e de suas instituições políticas para fins escusos. Reafirmando o Brasil como um país democrático, o *Correio da Manhã* levanta críticas à postura dos grupos conservadores em relação à Reforma Agrária:

Neste Brasil democrático a poderosa Confederação Rural Brasileira acaba de definir o latifúndio de tal maneira que não há reforma agrária nenhuma a realizar; e já conta com o apoio das classes conservadoras urbanas e de alguns bispos nordestinos.²²

A *Tribuna da Imprensa*, foi o jornal que mais críticas direcionou à Política Externa de Jânio Quadros. Em uma série de editoriais, este jornal atacou diversos pontos da diplomacia brasileira apontando seus “erros e perigos”. Propagador fervoroso do “perigo comunista”, o jornal do Governador da Guanabara acusa a política internacional de ser contrária à lei e aos costumes do povo brasileiro. Portanto, ilegal e antinacional. Declarando que o povo brasileiro é contra o comunismo, afirma que a Política Externa não tem apoio do povo. Segundo o editorial:

Não basta que a maioria do povo pareça estar do lado de uma política para que esta esteja certa. É preciso que o povo tenha acesso à informação necessária, tempo para refletir, líderes capazes de esclarecer, debates realmente esclarecedores.²³

Ainda que haja a possibilidade da maioria do povo estar de acordo com determinada política, aponta para a necessidade de debates *esclarecedores*, tempo para refletir e, de líderes capazes de esclarecer o povo. Assim, para o jornal, o apoio da maioria do povo não seria o bastante, fazia-se necessário o *esclarecimento* através dos líderes capazes. Novamente, o aspecto racional entrava na disputa política como um qualificativo. O editorial traz ainda a afirmação de que no Brasil, país “razoavelmente democrático”, a opinião da maioria seria verificável apenas pelo resultado das eleições. Neste sentido, afirma que se o povo desejasse a política de aproximação dos comunistas, não teria votado em Jânio Quadros, mas em Lott. O argumento final dos editoriais caminha para o alerta sobre o perigo da proximidade com os países comunistas e da posterior tomada de

²¹ *Correio da Manhã*, 16 de agosto de 1961, p. 1.

²² *Ibid.*

²³ *Tribuna da Imprensa*, 23 de agosto de 1961, p. 1.

poder por estas entidades no Brasil, afirmando que só aos comunistas importa esta Política Externa.

O *Diário de Notícias*, jornal que apoiava Jânio Quadros e sua política internacional, também se mostra entusiasmado com a possibilidade do auxílio financeiro norte-americano. “Pela primeira vez, evidenciam-se da parte da grande república do norte, os propósitos de aplicar no restante das Américas os métodos de ajuda com eficiência comprovada pelo êxito obtido em outras regiões do mundo”.²⁴ A novidade estaria contida na discriminação feita no documento sobre os regimes democráticos baseados na representação. Esta medida seria um poderoso estímulo, segundo o jornal, para as correntes democráticas do continente “pouco importando que assim se revelem os intuitos de defesa contra o comunismo.”²⁵ Entendendo a Aliança para o Progresso dentro de uma chave de combate ao comunismo, o *Diário de Notícias*, acaba por reforçar que este propósito político “responde aos anseios, tradições e tendências dos povos latino-americanos”.²⁶

A democracia era apresentada como dique ao comunismo por suas ligações com o desenvolvimento econômico e conseqüente atenuação das desigualdades. À medida que o progresso econômico sanasse as demandas sociais, o perigo de revoltas populares diminuiria tendo em vista o aumento da confiança na democracia e seus resultados. O desenvolvimento econômico aliado à democracia baseada na tradição cristã, na harmonia, na unidade seria responsável pela contenção do perigo comunista. A declaração de Punta Del Este, portanto, responderia com toda a sua seqüência de medidas práticas, à consagração daqueles valores e princípios que simbolizam o próprio espírito das Américas. Este espírito não comportaria democracias que estivessem fora de um padrão representativo e abarcasse políticas vinculadas ao “comunismo” – ou significadas como tais.

Desta feita, ainda que houvesse discordância em relação à ênfase ao “perigo comunista” e suas relações com a política internacional de Jânio Quadros, os jornais apresentam um consenso em relação ao regime democrático brasileiro: baseado na representação política, e nas tradições cristãs e na unidade brasileira.

²⁴ *Diário de Notícias*, 20 de agosto de 1961, p. 6.

²⁵ *Ibid.*, p. 6

²⁶ *Ibid.*, p. 6

À medida que este regime sofrer críticas e em seu interior surgirem reivindicações por sua ampliação, os jornais analisados reforçarão seu discurso em defesa da representação utilizando como argumento suas tradições, e alguns mitos políticos.

Seguindo os acontecimentos do mês de agosto de 1961, a repercussão da condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul novamente dividiu a opinião pública. Os jornais *Tribuna da Imprensa* e *O Globo* manifestaram suas reservas e direcionaram duras críticas ao presidente Jânio Quadros. *O Globo* manifestou sua indignação em editorial da seguinte forma:

Assim já é demais. O “cruzeiro do Sul” representa, ao mesmo tempo, uma demonstração de apreço nacional e uma prova de nossa fé nos ideais formados à sombra do cristianismo. Colocar no peito do falso cubano e autêntico comunista o emblema da cruz de Cristo é um acinte que não expressa a vontade da nação e desmoraliza completamente a mais antiga e respeitável ordem brasileira.²⁷

Ratificando a importância da tradição cristã e da *ordem* na política brasileira, o editorial exclui desta tradição o comunismo. Ainda que neste episódio outros jornais tenham se mostrado complacentes com o presidente, esta postura discursiva de valorização da tradição cristã na política brasileira foi mantida. Neste sentido, os idiomas políticos presentes nos jornais, ainda que divergentes em relação à política externa independente e sua relação com o desenvolvimento, ou quanto à condecoração de Che Guevara, estavam alinhados na valorização da tradição cristã e da representação dentro da política brasileira. Esta valorização excluía o acesso ao Estado pelas vias democráticas àqueles identificados como comunistas. Isto pode ser verificado no episódio do veto militar à posse de Jango, identificado pelos militares como um “agitador perigoso” simpático ao comunismo.

1.2

A Crise da Renúncia e a Solução Parlamentarista

Neste movimentado mês, a crise da renúncia teria seus capítulos mais importantes a partir do dia 24 de agosto. No aniversário da morte de Getúlio Vargas, em rede nacional de TV e Rádio, Carlos Lacerda denunciaria um pretenso golpe à República orquestrado por Jânio Quadros e seu Ministro da Justiça,

²⁷ *O Globo*, 19 de agosto de 1961, p. 1.

Pedroso Horta. Num acontecimento marcado pela tensão das conspirações, Lacerda afirmara que havia sido convidado pelo Ministro da Justiça a participar de um golpe às instituições democráticas do país. Lacerda expôs na imprensa os detalhes de seu encontro com Jânio Quadros e Pedroso Horta. Após ameaçar renunciar ao cargo de Governador da Guanabara, Carlos Lacerda revelou que não o fizera para não se omitir num momento crítico da vida nacional. Em seguida, o jornalista desferiu duros ataques à política internacional do governo. Os envolvidos no caso negaram veementemente a aproximação com a “penumbra das conspirações”²⁸. Esta grave denúncia de Carlos Lacerda marcou o ápice da campanha contra Jânio Quadros.

Na manhã do dia 25 de agosto, Jânio renunciava à presidência da República sem maiores explicações ao Brasil. A renúncia, foi recebida com imensa surpresa pela imprensa, demonstrando que Jânio Quadros gozava de credibilidade no cargo. Alguns jornais noticiaram manifestações pedindo a volta de Jânio Quadros à presidência. O *Diário de Notícias*, por exemplo, afirmava que “Uma solução que permitisse a volta do Sr. Jânio Quadros ao governo do país acalmaria a inquietação popular e restabeleceria a tranqüilidade de espírito”.²⁹

A renúncia era definitiva. No dia 28 de agosto, Ranieri Mazzilli, presidente interino, leu no Congresso a mensagem enviada pelos Ministros militares comunicando o veto à posse de Jango. Nesta mensagem, o presidente interino afirmou ter “a honra de comunicar” a inconveniência do regresso de João Goulart ao Brasil. João Goulart, como vice-presidente da República eleito, seria o substituto constitucional do já ex-presidente Jânio Quadros. Neste momento, as normas para o pleito eleitoral permitiam que se apresentassem chapas em separado para o cargo de presidente e de vice-presidente. Jânio Quadros elegera-se pelo PTN (Partido Trabalhista Nacional), pequeno partido de expressão local em São Paulo. Não obstante sua proclamada independência e alardeada postura “acima dos partidos”, recebera apoio direto da UDN. João Goulart, principal herdeiro político de Getúlio Vargas, elegera-se pelo PTB. A posse de João Goulart significaria, portanto, a chegada ao poder do Trabalhismo com propostas para reformas urbanas e sociais muito distintas da política adotada pelo ex-presidente.

²⁸ LABAKI, A. *A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.42

²⁹ *Diário de Notícias*, 26 de agosto de 1961, p. 4.

Os ministros militares de Jânio Quadros que pertenciam à “linha dura” das Forças Armadas faziam oposição às propostas trabalhistas e ao estilo político de João Goulart, e à sua aproximação dos sindicatos. “Em um Manifesto à Nação expuseram explicitamente suas objeções a Goulart, alegando a inconveniência de seu retorno ao país”.³⁰ A repercussão na imprensa, mesmo com a censura, seria imediata e seguiria caminhos diversos. A *Tribuna da Imprensa* se posicionou de maneira contrária à posse de Jango. Em suas páginas defendia a manutenção da ordem e da democracia. Mais uma vez, os argumentos defendiam uma democracia baseada na tradição cristã e na liberdade frente ao “perigo comunista”. Esta argumentação colocava a sucessão ao cargo presidencial numa escolha entre o comunismo ou democracia. A posse de João Goulart era vista pelo jornal como uma ameaça à democracia. Em relação à postura dos Ministros militares, a *Tribuna da Imprensa* afirma que:

Hoje mais do que nunca os brasileiros estão diante de dois caminhos: a democracia e o comunismo. [...] As Forças Armadas com a sua tradição de democracia e liberdade, e fiéis aos interesses supremos do Brasil e de seu povo, estão decididas a [...] garantir que o Brasil siga o seu caminho e o seu destino de país livre. [...] O dever do povo, portanto, é o de ajudar as Forças Armadas a garantir a liberdade e a paz.³¹

Numa tentativa de obter apoio de seus leitores, o jornal conclama o povo a seu dever: “ajudar as Forças Armadas a garantir a liberdade e a paz”. No mesmo editorial, o Congresso também é convocado a corresponder “às expectativas da Nação” através do patriotismo de seus líderes e da vocação democrática de cada parlamentar. A Nação deveria apoiar as Forças Armadas em seu dever de defender o Brasil do comunismo e da luta fratricida.³² As Forças Armadas gozavam de grande prestígio na opinião pública brasileira deste momento. Os Ministros militares, “responsáveis pela ordem interna”, foram motivados a tal atitude em defesa da segurança nacional, após apreciação da conjuntura criada pela renúncia. Segundo os Ministros militares, se Goulart assumisse, desencadearia no país um período de agitação, tumultos e até choques sangrentos, que acabariam por ruir as

³⁰ FIGUEIREDO, A. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 37.

³¹ *Tribuna da Imprensa*, 29 de agosto de 1961, p. 1.

³² *Ibid.*

instituições democráticas, a justiça, a liberdade, a paz social e todos os padrões da cultura cristã brasileira.³³

O jornal *O Globo* afirmava que, apesar da mensagem de Jânio Quadros à nação no ato da renúncia, não havia oposição ao presidente, nem nos meios militares. A única oposição existente, segundo o jornal, era sobre a PEI, que parecia “descaracterizar” os antecedentes brasileiros “em face do conflito ideológico entre as democracias ocidentais e o comunismo internacional”.³⁴ O jornal prossegue afirmando que o país sempre quis estar vinculado “à comunidade interamericana e à resistência ao avassalamento do materialismo dialético”.³⁵ Declarava-se possuidor do mesmo sentimento de “milhões de brasileiros” que não querem senão “ordem, paz interna, respeito a todos os direitos, de modo que a Nação se recupere das crises sofridas nos últimos anos.”³⁶ Através deste enunciado, o jornal *O Globo* se colocava ao lado dos “adversários intransigentes do comunismo e de todas as contemporizações com os agitadores sociais, inimigos do nosso regime”.³⁷ Afirmava estar em condição de lançar às classes militares, que segundo o próprio jornal seriam os responsáveis pela vida política da Nação, um caloroso apelo para que “se unam os bons elementos e reconstruam a frente democrática contra todos os exaltados, vermelhos ou não, em bem da tranquilidade publica.”³⁸ Afirma ainda que sua confiança nas classes armadas “é de todo o povo, certos de que eles saberão corresponder aos ideais da pátria, a sua sede de ordem, de justiça, de progresso e liberdade.”³⁹ Após o veto dos ministros militares, *O Globo*, apresenta-se a necessidade de:

Urgentemente, encontrar uma fórmula que sirva como denominador comum, permitindo que se harmonizem os pontos-de-vista, de modo a preservar o sistema representativo, e, também, que as Forças Armadas saiam deste episódio sem desprestígio. [...] É a hora de se apelar para o patriotismo de todos os brasileiros, principalmente dos representantes das duas casas do Congresso, para que encontrem, com os chefes militares, um caminho para a salvação do País. A gravíssima crise que aí esta já nos fez um mal incomensurável. Prolongá-la seria um crime imperdoável contra o Brasil!⁴⁰

³³ Ver, Os documentos da renúncia. In: LABAKI, A. *A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 148

³⁴ *O Globo*, 26 de agosto de 1961, p. 1.

³⁵ Ibid.

³⁶ *O Globo*, 26 de agosto de 1961, p. 1.

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ *O Globo*, 30 de agosto de 1961, p. 1.

O trecho acima defende a manutenção do sistema representativo e uma saída que permita que as Forças Armadas não caíssem em desprestígio. Clamam pelo patriotismo dos integrantes do Congresso a fim de que encontrem, com os chefes militares, uma solução pacífica para a crise. Preocupado com o fechamento de Congresso, o jornal menciona que os parlamentares não se mostram muito dispostos a solucionar a crise. De acordo com o editorial, seria um “crime contra o Brasil” prolongar a crise. Toda argumentação do *Globo*, apesar de se encaminhar para uma solução do Congresso em conjunto com a ação dos Ministros militares, em nenhum momento condena o veto dos militares à posse de Jango. O editorial expõe ainda que:

Entretanto, mais uma vez deve ser notado que as Forças Armadas estão agindo com a maior desambição e recorrem aos líderes civis, no sentido de que procurem uma fórmula que mantenha em funcionamento o regime.⁴¹

Nota-se que em nenhum momento a manutenção do regime é colocada sob as condições de posse de João Goulart. Os argumentos estão posicionados em torno do funcionamento do Congresso e do sistema representativo, e da manutenção do prestígio das Forças Armadas, através de um entendimento harmonioso entre parlamentares e Chefes militares. Diante desta argumentação, pode-se compreender a posição contrária do jornal em relação à posse de Jango e quais valores deveriam ser defendidos no regime democrático representativo. *O Globo* limitou-se a mencionar que “mesmo os maiores adversários do Sr. João Goulart lamentam a provação a que está sendo submetida a Instituição Republicana”.⁴²

Segundo os outros jornais, ainda que o vice-presidente representasse ameaça ao regime democrático por suas ligações com os sindicatos e a herança trabalhista, sua posse era endossada pela Constituição brasileira. O *Diário de Notícias* declarou que “Certamente, a perspectiva de termos no governo o Sr. João Goulart não é das que eliminam por si mesmas as preocupações nacionais. Seus antecedentes, na sua vida pública, não são de molde a inspirar tranquilidade e segurança”.⁴³ E declara que:

⁴¹ *O Globo*, 30 de agosto de 1961, p. 1

⁴² *Ibid.*

⁴³ *Diário de notícias*, 26 de agosto de 1961, p. 4.

Entre todos os riscos e inconvenientes da situação que enfrentamos, esse é, porém, o mal menor. Quando a opção se apresenta nos termos em que ora temos de exercê-la, se trata de decidir pela Constituição ou contra, não há vacilação possível.⁴⁴

O suposto perigo ligado à posse de Jango, neste momento, era considerado um “mal menor” pelo jornal. A Constituição deveria ser respeitada e a posse de João Goulart era garantida constitucionalmente. A democracia daria conta de proteger a nação deste “perigo”. O *Correio da Manhã*, em editorial intitulado “Em Defesa da Legalidade” afirma que embora tenha “sempre manifestado as necessárias reservas quanto à personalidade do novo presidente da república”⁴⁵ ressaltava a necessidade de ser mantida a imagem do Brasil enquanto país democraticamente maduro:

É um fato que o Sr. João Goulart tem de ser empossado, logo que chegar, para evitar que o Brasil fique aviltado e rebaixado a condição de terreno moralmente baldio, play-ground de energúmenos e de interessados em tudo, menos no Brasil.⁴⁶

Neste episódio, estes jornais manifestaram-se amplamente em defesa da Constituição e da legalidade contra as “ameaças comunistas” denunciada por militares e grupos à extrema direita do espectro político. Com exceção da *Tribuna da Imprensa* e *O Globo*, os jornais apoiavam a posse de Jango. Legalidade correspondia ao cumprimento do texto constitucional, à manutenção da ordem e do regime representativo. A manutenção destes postulados seria suficiente para manter afastado quaisquer perigos à democracia brasileira. Segundo o *Jornal do Brasil*, “nesta hora de grave crise e de perigos incontáveis, cabe a todos os brasileiros a tarefa de se empenharem na preservação da unidade nacional e das instituições democráticas”.⁴⁷ A crise, entendida como um momento perigoso dadas as possibilidades de “aproveitamento” por parte dos comunistas e de eventos que fujam ao espaço de experiências vivido, demandava de todos os brasileiros a tarefa de defesa das instituições. Ao defender a posse de João Goulart e, por conseguinte, a legalidade constitucional democrática, afastavam-se os “perigos incontáveis”. Esta tarefa seria, segundo o *Jornal do Brasil*, uma “nobre” tradição do povo brasileiro.

⁴⁴ *Diário de notícias*, 26 de agosto de 1961, p. 4.

⁴⁵ *Correio da Manhã*, 27 de agosto de 1961, p. 1.

⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁷ *Jornal do Brasil*, 26 de agosto de 1961, p. 6.

O que está em jogo, nestas horas de agonia, é a nobre tradição brasileira de acatamento das normas livremente traçadas, em 1946, pelos representantes eleitos pelo povo. Se o Brasil souber, com a maturidade que dele se espera, reafirmar sua fé nas instituições democráticas e na sua própria capacidade de decidir sobre o seu futuro, a renúncia do Presidente Jânio Quadros será um episódio – sem dúvidas assustador – mas não significará mais do que um ato voluntário, que a Nação lamenta, mas para o qual ela sabe encontrar uma solução. A maturidade brasileira só poderá reafirmar-se por meio da continuidade institucional e política.⁴⁸

O acatamento das normas “livremente traçadas” na Constituição de 1946 aparece como uma nobre tradição dos representantes eleitos pelo povo. O trecho dá grande importância às instituições democráticas e ao poder de decisão e maturidade do Brasil. A Nação lamenta, mas saberá encontrar uma solução para o impasse criado pelo veto dos militares à posse de Jango. A maturidade brasileira, enfatizada pelo jornal, seria comprovada na manutenção das instituições democráticas, ou seja, na centralidade política do Congresso frente aos Ministros militares e no processo eleitoral. Percebe-se que no momento da crise da renúncia, tanto os argumentos lançados em prol da posse de Jango quanto os contrários, estiveram comprometidos com a manutenção do regime democrático representativo de base cristã e afastado do comunismo. Contudo, acreditava-se que, ainda que João Goulart oferecesse perigo ao regime assumindo a presidência, a Nação poderia conter tais perigos sem a tutela das Forças Armadas. Havia a crença na capacidade das instituições democráticas defenderem-se dos extremismos. Em mais um trecho o *Jornal do Brasil* menciona o valor das tradições democráticas brasileiras e da Constituição.

Mais uma vez a Nação está sendo obrigada a dividir-se a partir do dilema: fidelidade à constituição ou respeito a uma situação de fato, artificialmente criada além dos limites da Constituição.

Somos pela unidade da Nação. Apelamos para que o Brasil não se divida, pois o dilema, por mais difícil, pode ser resolvido sem a divisão da casa, da família nacional.

Mas, mantido o dilema, somos pela fidelidade à Constituição. Pela Constituição, documento escrito. E pela constituição viva, não escrita, acúmulo de tradições nacionais, equilíbrio das forças vivas do País.⁴⁹

O Brasil, apresentado como uma casa, uma família, não deveria se dividir ante o dilema posto pela crise. Mais uma vez a unidade brasileira é evocada diante

⁴⁸ *Jornal do Brasil*, 26 de agosto de 1961, p. 6.

⁴⁹ *Jornal do Brasil*, 29 de março de 1961, p. 6.

de um impasse político. Por mais difícil que fosse, seria possível encontrar uma solução sem que houvesse divisão da “família nacional”. O jornal afirma seu apreço à Constituição, enquanto documento escrito, e enquanto acúmulo de tradições e experiências. Diante do documento escrito, impunha-se a posse de Jango, presidente legítimo nestas circunstâncias; a Constituição “não escrita”, segundo o jornal, dizia a mesma coisa, pois “a experiência nacional nos afirma que nem sempre os presidentes justificam a expectativa que os precede”.⁵⁰ João Goulart merecia um voto de confiança. Prosseguindo sobre o veto dos Ministros militares, e sua posição contrária à manutenção constitucional o jornal afirma:

Essas forças, por mais respeitáveis que sejam suas intenções, essas forças cuja retidão não hesitamos em proclamar, essas forças incorrem em erro por se superestimarem e por subestimarem a Nação. Superestimam-se ao se julgarem autorizadas a orientar a Nação. E subestimam a Nação: crêem-na incapaz de resistir a inclinações de um líder, julgam que este, mais forte que a Nação, seja capaz de conduzi-la docilmente ao matadouro.⁵¹

O editorial aponta o erro dos militares, apesar de ratificar o respeito às suas intenções e sua retidão. Erro de subestimarem a Nação e sua autonomia. Diante da “Constituição viva”, das tradições do Brasil, João Goulart não seria forte o suficiente para impor um caminho diverso do “predestinado” ao País. Supunha neste editorial que o posto presidencial seria capaz de “mudar para muito melhor qualquer homem dele investido”.⁵² As instituições democráticas, portanto, deveriam dar a esta “ilustre minoria” contrária à posse uma lição de história: “O Brasil tem suficiente maturidade para não permitir que ninguém, quanto mais um único ser humano, o desvie de seu grande destino”.⁵³ O *Jornal do Brasil*, desta maneira, colocava-se ao lado da Nação, desejosa da posse de João Goulart e da manutenção da legalidade, e colocava os militares ao lado de uma minoria “bem intencionada”.

Dentre os argumentos levantados pelos militares sobre a inconveniência do retorno de Jango ao país, estava presente a crença de que o sistema presidencialista concedia amplo poder pessoal ao presidente. Outro argumento utilizado sublinhava o perigo da *domesticação* e infiltração comunista nas Forças

⁵⁰ *Jornal do Brasil*, 29 de março de 1961, p. 6.

⁵¹ *Ibid.*

⁵² *Ibid.*

⁵³ *Ibid.*

Armadas, transformando-as em “milícias comunistas”. É perceptível que a democracia defendida pelos militares, aproximava-se da democracia defendida pelos jornais. Ambos dialogam com a tradição cristã, a valorização da *paz social*, da *harmonia*, da unidade do povo brasileiro e o afastamento do comunismo. Se para os militares, o “perigo comunista” deveria ser combatido através do veto à posse e da intervenção na política; nas páginas dos jornais, este “perigo” deveria ser combatido com o desenvolvimento econômico, a manutenção da democracia representativa com seus valores e tradições, e através da posse de Jango. Deveria ser mantida a autonomia do Congresso em relação às Forças Armadas. Estava em jogo o prestígio dos representantes parlamentares num momento de crise político-militar. E igualmente, o prestígio do regime democrático brasileiro. Os militares, além de divididos entre legalistas e favoráveis ao veto, não obtiveram apoio suficiente junto à sociedade para o golpe. Apesar do malogrado golpe, ao longo do governo de João Goulart, os militares continuariam a gozar de grande prestígio e serem vistos como os fiadores da ordem democrática.

Segundo Argelina Figueiredo em seu livro *Democracia ou Reformas*, formou-se, dentro e fora do Congresso, uma ampla coalizão em prol das instituições democráticas⁵⁴. Certamente a posição majoritária dos parlamentares orientou-se pela legalidade da posse de Jango e pelo regime democrático representativo, no entanto, através da análise dos discursos políticos presentes nestes jornais pode-se melhor analisar o conceito de democracia defendido, suas nuances e contrapontos. Pode-se igualmente compreender a importância de mitos, como o de unidade, frente à solução encontrada. Chamar de “coalizão democrática” simplesmente e enfatizar o compromisso dos parlamentares de diferentes partidos com as regras constitucionais vigentes, não esgota o problema do entendimento sobre o regime democrático defendido pelos jornais e grupos políticos. A democracia defendida possuía aspectos morais que aproximavam grupos políticos diversos a seu redor favorecendo, assim o consenso.

O parlamentarismo emerge como “solução” diante de um quadro crítico, segundo a imprensa, do momento político brasileiro. Seria a fórmula capaz de conciliar a inconveniência apontada pelos ministros militares e grupos políticos contrários à posse de Jango, e dos grupos políticos favoráveis à posse. João

⁵⁴ FIGUEIREDO, A. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 36.

Goulart assumiria a presidência com seus poderes limitados dentro de um arranjo no qual, o Congresso, de maioria conservadora, possuiria centralidade e retornaria ao centro das decisões políticas. Este momento inspirava a necessidade da tomada de uma decisão para salvar a democracia e a unidade ameaçada. Esta decisão, que deveria ser *política*, segundo os jornais, está imersa em um entendimento da necessidade de estabilidade do regime, da contenção do perigo da “guerra fratricida”, da minimização das oportunidades à agitação que poderia servir aos “aproveitadores” comunistas e da necessidade da orientação *razoável* e *ponderada*. Mas está, sobretudo, ligada à necessidade de defender a democracia via seus representantes eleitos. Afinal de contas, defendiam uma democracia representativa. A busca pela tradução dos significados de democracia neste contexto auxilia na relativização do caráter *político* desta “solução” e se encaminha na compreensão da defesa da democracia representativa ameaçada por demandas que viabilizassem uma participação democrática mais direta. Ainda que o veto militar fosse compreendido – e apoiado –, a “solução” deveria passar pelo Congresso, pela política. Segundo o *Jornal do Brasil*,

A partir do instante em que o Sr. Jânio Quadros renunciou, o Congresso pareceu renascer. Em primeiro lugar, aceitou como fato consumado essa renúncia, recusando-se a fazer um apelo para que o Presidente voltasse ao Poder. Em segundo lugar, recusou-se decretar o impeachment do Sr. João Goulart. Em terceiro lugar, resistiu galhardamente, á pressão dos chefes militares. E, finalmente, chamou a si toda a responsabilidade pelo exercício do Poder, aprovando a emenda parlamentarista.⁵⁵

Neste trecho fica clara a importância do posicionamento do Congresso frente aos impasses criados desde a renúncia de Janio Quadros. A partir do parlamentarismo o Congresso chamava para a própria instituição a responsabilidade do exercício do poder.

No mesmo dia 30 de agosto, Juscelino Kubitschek subiu ao plenário do senado para defender o sistema presidencialista. Declara que a opinião nacional, a vontade popular, deve ser respeitada. A lei deveria ser mantida, pois a lei não é letra morta. Termina por fazer um apelo ao Ministro Odílio Denys em um tom particular, “de homem público para homem público, de brasileiro para brasileiro,

⁵⁵ *Jornal do Brasil*, 10 de setembro de 1961, p. 6.

de amigo para amigo”.⁵⁶ Juscelino Kubitscheck não pretendia ter minimizadas suas chances de reeleger-se presidente em 1965 com a aprovação da emenda parlamentar.

A oposição ao veto militar encontrou eco em diferentes instâncias. A resistência de grupos nacionalistas e de esquerda que apoiavam João Goulart foi fundamental para a posse de Jango. No sul do Brasil, seu cunhado, Leonel Brizola, organizou a campanha da legalidade. A campanha que formou uma rede de estações de rádio – a rede da legalidade – transmitia para todo o país e para fora as palavras de ordem do movimento.⁵⁷ A iniciativa liderada por Brizola contou com o apoio posterior do III Exército e, apesar de não possuir uma boa imagem nos jornais, o Governador gaúcho pressionou a opinião pública a favor da posse de João Goulart. O Governador do Rio Grande do Sul anunciou:

Não pregamos a revolução mas a resistência a fim de preservar a ordem jurídica do país. A democracia vigente é insatisfatória; no entanto, se a situação é ruim com democracia, seria pior sem ela. O que é necessário é o aperfeiçoamento da democracia e não a sua supressão. Nossa posição é irrevogável, mesmo que para sermos esmagados.⁵⁸

Brizola, neste trecho, defende a manutenção da ordem jurídica do país e ataca a democracia vigente, vista como insuficiente e carente de aperfeiçoamento. Entretanto, não deixa de manifestar seu propósito de manutenção da democracia e de não pregar a revolução, procurando se afastar – sem sucesso – de quaisquer ligações com os “comunistas”. Sindicatos, estudantes, associações comerciais e profissionais repudiaram a tentativa de golpe dos Ministros militares. O posicionamento de alguns governadores também foi importante para pressionar a opinião pública rumo ao desfecho com a posse de Jango.

Como expressão da complexidade do quadro político ideológico deste momento, a tentativa de golpe dos ministros militares também encontrou forte oposição no interior das Forças Armadas. O marechal Henrique Teixeira Lott, candidato da coalizão PSD-PTB na eleição de 1960, fez chegar à imprensa um pronunciamento à nação sobre a tentativa de golpe dos Ministros militares.

⁵⁶ Juscelino Kubitscheck. Discurso no Senado Federal. 30 de agosto de 1961. Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/5.pdf>. Acesso em: 21, abril de 2010.

⁵⁷ LABAKI, A. *A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 82.

⁵⁸ *Correio da Manhã*, 1º de Setembro de 1961, p. 3.

Conclamando “todas as forças vivas da Nação [...] para tomar posição decisiva e enérgica pelo respeito à constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro [...]”⁵⁹ e evocando a tradição legalista das Forças Armadas. Lott foi detido e preso, desencadeando outras declarações públicas pró-Goulart entre militares e políticos.

No dia 28 de agosto, o general José Machado Lopes, comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, recebeu uma mensagem do general Orlando Geisel ordenando o III Exército a:

Compelir, imediatamente, o Sr. Leonel Brizola a pôr termo à ação subversiva que vem desenvolvendo e que se traduz pelo deslocamento e concentração de tropas e outras medidas que competem exclusivamente às Forças Armadas. O governador colocou-se, assim, fora da legalidade. O comandante do III Exército atue com a máxima energia e presteza.⁶⁰

A postura de Machado Lopes orientou-se pela defesa da posse de João Goulart. O general declarou: “Cumpro ordens apenas dentro da Constituição vigente”.⁶¹ Diante da rejeição do *impeachment* de João Goulart no Congresso, os ministros militares revelaram sua disposição de recorrer à força extrema. Os ministros reforçavam sua vinculação aos propósitos de defesa da “ordem pública” e a unidade das Forças Armadas. Odílio Denys chegou a declarar que: “O Exército, a Marinha e a Aeronáutica, unidos, estão zelando pela tranquilidade geral da nação. Coesos, enfrentamos as dificuldades que ocorrerem, para a preservação da ordem pública”.⁶²

O impasse criado pelo veto dos militares possibilitou, segundo Afonso Arinos, a chance de implementar o sistema parlamentar no Brasil. Cordeiro de Farias, chefe do estado-maior das Forças e fiel aos Ministros militares, após contato com Arinos, concordou prontamente com a “solução” parlamentarista e, além disso, disponibilizou transporte militar para o senador Afonso Arinos ir até Brasília iniciar as negociações sobre o estabelecimento do parlamentarismo. De acordo com Cordeiro de Farias, o sistema parlamentarista era “uma fórmula excelente, pois propunha a coexistência da legalidade com a estabilidade política e

⁵⁹ LABAKI, A. *A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 147

⁶⁰ *Ibid.*, p. 91

⁶¹ *Ibid.*

⁶² *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1961, p. 1.

o exercício competente de governo⁶³”. Outra figura importante no rumo da aceitação militar do parlamentarismo como solução possível à posse de Jango, foi o general Ernesto Geisel, chefe do gabinete militar, que participou como mediador entre os políticos interessados na mudança de sistema de governo e os Ministros militares. Os ministros militares que haviam declarado críticas aos poderes concedidos ao presidente no sistema presidencialista, não tardaram em aceitar a instituição do parlamentarismo.

João Goulart, sucessor legal de Jânio Quadros à presidência, apesar de relutante em aceitar o sistema parlamentarista, não desejava perder a oportunidade de governar o país e acabou aceitando a mudança. O motivo declarado por Jango ao aceitar o parlamentarismo como solução para a crise, foi a iminência de uma guerra civil e o derramamento de sangue no Brasil. Neste sentido, o parlamentarismo surge como solução *pacificadora* em meio a possibilidade da guerra civil. No dia 4 de setembro, Juscelino Kubitschek voltaria a defender o presidencialismo. Com suas intenções voltadas para as eleições de 1965, JK afirmava que a emenda parlamentarista fora votada sob pressão, e por isso era contrário a tal medida.⁶⁴

Frente à crise político-militar surgida a partir da mensagem da inconveniência da posse de Jango, seria necessário tomar medidas que dessem conta de “apaziguar” o cenário nacional evitando a “luta entre irmãos”. A sugerida harmonia brasileira orientou o Congresso a buscar uma saída “não conflituosa” entre a presumida inconveniência da posse de João Goulart e a necessidade de manter sua legitimidade frente às Forças Armadas. Diante da iminência de uma guerra civil fazia-se necessário manter a unidade brasileira e evitar a “guerra fratricida”.

A partir de uma leitura atenciosa dos jornais selecionados, compreende-se que estes órgãos da imprensa reservavam grande valor à unidade nacional. Outro aspecto marcante neste contexto é a valorização da harmonia. A unidade brasileira aparecia como valor intrínseco à Nação e sempre referido a Duque de Caxias e ao Exército brasileiro. Segundo Celso Castro, a partir de 1930, Caxias é “apresentado

⁶³ Cordeiro de Farias, APUD, FIGUEIREDO, A. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 44.

⁶⁴ No dia 4 de setembro de 1961, o jornal a *Ultima Hora* publica declarações do ex-presidente Juscelino Kubitschek sobre a emenda parlamentarista. Segundo JK: “Só o povo pode e deve decidir sobre o seu destino. Por isto, mudar o regime sem consulta ao povo é um erro. O povo não foi ouvido. A mudança é fruto de pressão inaceitável no nosso regime. Por isso, voto contra”.

como o maior lutador pela unidade e integridade da Pátria”.⁶⁵ Ao longo do governo de João Goulart, o mito de Caxias e da unidade será evocado, não apenas “contra outras guerras civis” iminentes, mas, sobretudo, contra o dissenso político-ideológico. Emerge, nas páginas destes jornais, a construção de uma cultura política que valoriza a harmonia e a unidade frente ao conflito político, e, sobretudo ideológico.

Raoul Girardet⁶⁶, ao analisar a importância dos mitos políticos e sua sobrevivência ao longo dos séculos, aponta para a nitidez com que estes fenômenos se apresentam nos tempo de crise. Os mitos assumem uma condição dinâmica no processo político, pois elabora uma narrativa explicadora da realidade social, arvora-se em mistificações e orientam-se para a ação. Outro aspecto que se vincula à aparição de mitos é o temor e a angústia às transformações. A força dos mitos nestes cenários, portanto, se deve ao caráter amplo das reações às transformações vivenciadas por diversas camadas sociais.⁶⁷ A unidade será amplamente evocada em nome da tradição e da dignidade democrática nacional. Este mito estará frequentemente relacionado à harmonia, tranquilidade, paz social, ou seja, indicadores da ausência de conflitos. Estas características estarão relacionadas a mitos militares e religiosos sempre apresentados como formadores da tradição democrática brasileira. Estas características possuíam caráter simbólico na batalha contra a *agitação* e o *comunismo*, que por sua vez era identificado a valores contrários a esta tradição democrática brasileira. Estes aspectos, que foram apropriados de diversas maneiras pelos grupos políticos opositores ao governo de João Goulart, estiveram associados a uma *teoria democrática* proposta como dique à crescente participação e mobilização política da sociedade brasileira.

No imaginário político inventariado pelos jornais ao longo do governo João Goulart, a tradição cristã obteve um papel central enquanto mecanismo que se pretendia agregador no interior de uma determinada cultura política. Nas páginas dos jornais brasileiros analisados, a orientação política da tradição católica desaguou no mito da unidade, da harmonia e no primado da representação. A manipulação desta tradição pelos jornais atribuía aos cidadãos a necessidade de se

⁶⁵ CASTRO, C. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 22.

⁶⁶ GIRARDET, R. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁶⁷ WEBER, E. J. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

posicionarem no mundo político, unidos, de forma serena e harmônica. Esta seria a postura *correta* diante dos legítimos representantes reunidos no Congresso.

A crise da renúncia foi caracterizada pelo dualismo das escolhas possíveis, ora apresentadas como sendo ou favoráveis à Constituição ou contra ela; guerra civil ou manutenção da unidade e ainda – caso Jango assumisse a presidência – comunismo, desordem, caos ou democracia, liberdade e manutenção da ordem. Neste ambiente, medidas políticas orientadas pelo “centro” e afastadas dos “radicais” serão cada vez mais valorizadas nas páginas dos jornais. Diante da crise não caberiam improvisos que deixassem o país à mercê de acontecimentos inesperados, reforçava-se a necessidade de uma escolha moral, do “melhor caminho”. Os caminhos propostos figuravam entre as experiências previamente experimentadas e conhecidas pela República brasileira. Forma-se, nos jornais e através deles, um idioma político possuidor de um horizonte de expectativas limitado e conservador da ordem democrática estabelecida.

1.3

A Crise da Escolha do Gabinete Ministerial em Julho de 1962

No dia 7 de setembro, assume João Goulart sob o sistema parlamentar de governo. Em seu discurso de posse, Jango declara sua fé cristã, tenta construir-se como guardião da unidade nacional, valorizando o Congresso e a manutenção da legalidade através de sua posse. Consciente das dificuldades que enfrentaria no governo do país Jango busca apoiar-se nos valores democráticos caros à opinião pública.

Neste magnífico movimento de opinião pública, formou-se, no calor da crise, uma união nacional que haveremos de manter de pé, com a finalidade de dissipar ódios e ressentimentos pessoais, em benefício dos altos interesses da Nação, da intangibilidade de sua soberania e da aceleração de seu desenvolvimento.⁶⁸

A união formada no “calor da crise” deve ser mantida a fim de dissipar os ódios e ressentimentos pessoais em benefício dos interesses da Nação, segundo João Goulart. Neste trecho, Jango aponta para a possibilidade do consenso em torno dos “altos interesses da Nação” dissipar divergências da política. O mito da

⁶⁸ João Goulart. Discurso de posse, 7 de setembro de 1961. Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/documentos.php>
Acesso em: 10 de fev. 2010.

unidade é agora utilizado por João Goulart. Evocando as “vivas manifestações” da consciência democrática dos brasileiros, declarou não ter se afastado do “pensamento de evitar, enquanto com dignidade pudesse fazê-lo, a luta entre irmãos. Tudo fiz para não marcar com sangue generoso do povo brasileiro o caminho que me trouxe a Brasília”.⁶⁹ Seguindo em seu discurso, Jango parece buscar afastar-se dos rumos identificados com o comunismo e aproximar-se do idioma que valoriza a união. Através de uma fala muito próxima de seus opositores Jango declara: “Sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir, prefiro pacificar a acirrar ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos.”⁷⁰ Atento às declarações dos militares e da opinião pública, o presidente da República procura construir um início político de seu governo, dentro dos marcos e valores caros ao idioma político de seus opositores. Identificado pelos Ministros militares como, agitador, promotor da desordem e artífice da luta entre irmãos, Jango se lança na busca pela harmonia e pacificação.

Ainda que buscasse através da menção à unidade, harmonia, pacificação, firmar-se politicamente e conduzir seu governo com tranquilidade, Jango sabia que sob o parlamentarismo veria reduzidas suas chances de executar suas políticas. Neste mesmo discurso, apontou a necessidade de consultar o povo, em sua soberania, sobre a manutenção do sistema parlamentar.

Cumpre-nos, agora, mandatários do povo, fiéis ao preceito básico de que todo o poder dele emana, devolver a palavra e a decisão à vontade popular que nos manda e que nos julga, para que ela própria dê seu referendun supremo às decisões políticas que em seu nome estamos solenemente assumindo neste instante.⁷¹

Apontando para aquela que seria sua estratégia durante o governo parlamentar, Jango se dirige aos parlamentares sobre a necessidade de se consultar o povo em um plebiscito para que seja escolhido o sistema de governo. Jango empenhou-se em demonstrar os limites e falhas do parlamentarismo até conseguir a volta ao presidencialismo em janeiro de 1963. A repercussão da declaração de João Goulart da necessidade do plebiscito seguiu os caminhos da contenção a quaisquer medidas que ampliassem a participação democrática ou concebessem o povo enquanto soberano. Dentro de um regime democrático de representação

⁶⁹ Ibid.

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ Ibid.

soberano é o Congresso, pois seus parlamentares são os legítimos representantes da vontade do povo. Neste modelo o povo não é soberano, mas sua vontade o é.

O *Correio da Manhã* compreendia o momento posterior à posse como um momento de crise no qual a estabilidade fazia-se necessidade premente. Segundo o jornal, os brasileiros continuam “a sofrer o impacto da crise e suas conseqüências. Ninguém sabe como será o seu amanhã”.⁷² Frente a este cenário de “inconseqüência” a insegurança aumentava. Sobre o plebiscito, o jornal discordava da necessidade de submeter o regime a outro “terremoto político”, apesar da “moderação louvável” do discurso de Jango. Segundo *O Globo*, a emenda constitucional que estabeleceu o sistema parlamentarista “foi a solução encontrada pelos representantes dos diversos partidos no Congresso para tornar possível a posse do vice Presidente da República”.⁷³ Portanto, falar em plebiscito seria falta de patriotismo. O momento de crise pressupunha atitudes prudentes e moderadas. O *Diário de Notícias*, defensor do plebiscito, era a favor que a consulta não fosse tão urgente quanto reclamava o PTB, nem tão demorada quanto previa o ato adicional. Em vista da necessidade da “nação recompor seu equilíbrio e recuperar suas energias”⁷⁴ o jornal mostrava-se favorável que o plebiscito fosse realizado junto às próximas eleições parlamentares, 03 de Outubro de 1962.

O *Jornal do Brasil* trazia em suas páginas a crítica aos extremismos, de esquerda ou de direita. Apresentando-se sempre como “de centro”, relativiza a imagem daqueles que pedem o plebiscito afastando-os da alcunha de “inimigos do regime”. Chega a declarar que a maioria deles “é muito ciosa das liberdades e dos direitos civis [...] Mas a prudência recomenda que se dê mais tempo ao tempo, para que os ânimos se acalmem e o novo sistema tenha possibilidade de funcionamento”.⁷⁵ A *Tribuna da Imprensa*, favorável desde os primeiros acontecimentos ligados à renúncia ao impedimento da posse de Jango, atacava o parlamentarismo. De acordo com o jornal, o “parlamentarismo é um regime que apenas reintroduz a ordem na sua superficialidade, deixando para mais tarde a solução final da crise, numa disputa definitiva entre comunistas e democratas”.⁷⁶

⁷² *Correio da Manhã*, 9 de setembro de 1961, p. 6.

⁷³ *O Globo*, 9 de setembro de 1961, p. 1.

⁷⁴ *Diário de Notícias*, 13 de setembro de 1961, p. 4

⁷⁵ *Jornal do Brasil*, 13 de setembro de 1961, p. 6

⁷⁶ *Tribuna da Imprensa*, 4 de setembro de 1961, p. 1.

A *Tribuna da Imprensa*, jornal de Carlos Lacerda, potencial candidato à presidência da República em 1965, alertava que:

Em pouco tempo estará criado um clima para o retorno do presidencialismo. A aceitação do parlamentarismo foi manobra tática do Partido Comunista para vencer a crise, e levar, mal ou bem, o Sr. João Goulart ao poder. [...] Ao lado desta manobra, tentarão os comunistas imobilizar o governador da Guanabara, única força política que temem.⁷⁷

Com seu alarmismo característico e ênfase no “perigo comunista”, a *Tribuna da Imprensa* desferia seus golpes ao recém empossado Gabinete. “É um gabinete cercado de presidencialismo e plebiscito por todos os lados”.⁷⁸ Em outro editorial sobre o discurso de posse de Jango, acusa o presidente de insurgir-se contra a lei parlamentar “apelando para um pronunciamento popular capaz de derrubá-la. É incitação a desordem”.⁷⁹ A cautela em relação à convocação popular em tempos de crise, “instáveis” e “inseguros”, esteve ligada à crença na relação direta entre representação via Congresso e estabilidade democrática. A consulta popular, a ocupação do espaço público pelo povo não era recebido com bons olhos. Estava identificada em diversas medidas à “desordem” e à “agitação”.

Em seguida à votação da emenda que instituiu o parlamentarismo, foi votado o primeiro Gabinete parlamentar de governo. Sob as demandas de estabilidade e unidade social, harmonia e prudência econômica, Tancredo Neves foi o escolhido por maioria esmagadora de votos. O novo governo deveria enfrentar dois desafios: Satisfazer as demandas por mudanças na ordem sócio econômica do país e consolidar as bases do sistema parlamentarista. Tancredo Neves, como Primeiro Ministro, trouxe consigo o desejo de implementar reformas graduais e moderadas a fim de impedir a formação de demandas de movimentos sociais em prol de reformas mais radicais. Acreditava que o desenvolvimento econômico agiria na estabilidade política da democracia ao afastar as reivindicações por mudanças. A partir deste momento o destino do parlamentarismo estava lançado. Jango e seus aliados se empenhariam em derrubá-lo reivindicando o plebiscito. Com a mobilização de trabalhadores, Jango pressiona o Congresso a aceitar a antecipação do plebiscito. O presidente também contou, neste momento, com o apoio de seu dispositivo militar para a antecipação

⁷⁷ *Tribuna da Imprensa*, 9-10 de setembro de 1961, p. 1.

⁷⁸ *Ibid.* 9-10 de setembro de 1961, p. 4.

⁷⁹ *Ibid.*

do plebiscito sobre o presidencialismo.⁸⁰ Esta estratégia irá se consolidar em um movimento de constantes reivindicações pela ampliação democrática que entrará em choque com uma concepção democrática baseada na tradição cristã, na representação pelo Congresso orientada pela baixa participação na política e pela manutenção de seus limites.

No dia 18 de junho de 1962 a vitoriosa seleção de futebol retornava ao Brasil da Copa do Chile onde conquistara o bicampeonato mundial. Ao comentar, dois dias depois, a festa da recepção nas ruas do Rio de Janeiro, o jornal *O Globo*, em seu editorial, comentava que “tudo está em perguntarmos à nação por que não nos reunimos também para alcançar, no plano do interesse público, os objetivos essenciais à paz a concórdia e ao progresso do Brasil”.⁸¹ O jornal, prevendo as disputas entre os grupos políticos e as pressões dos sindicatos, convoca seus leitores a uma postura pacífica que vá ao encontro da concórdia e ao progresso do Brasil. Frente ao conflito político ideológico a Nação deveria se portar tal qual nos festejos à seleção de futebol.

O mês de junho de 1962 foi marcado pela crise da escolha do Gabinete Parlamentar, já que Tancredo Neves não conseguiu permanecer no cargo devido às críticas de grupos à esquerda e à direita. Tancredo havia endossado uma solução institucional apresentada por João Goulart no comício de 1º de maio de 1962 que concedia poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em outubro daquele ano. Os grupos à esquerda demonstravam impaciência com a lentidão de medidas referentes às reformas na legislação; em decorrência desta demora, temiam a possibilidade de aumentarem os poderes do Congresso, e, viam nas atitudes de João Goulart a “conciliação” com grupos conservadores. Os grupos à direita por sua vez leram a medida como tentativa de iniciar a reforma política e possibilitar a reeleição do presidente e à ampliação do direito ao voto.

Diante do impasse, San Thiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores de Jânio Quadros, foi indicado para o cargo. No entanto seu nome foi rechaçado por setores da UDN e do PSD. A Política Externa Independente praticada por Dantas havia dividido as opiniões dos jornais e dos grupos políticos. *Tribuna da Imprensa*, *Correio da Manhã* e *O Globo*, apesar de admitirem as qualidades do

⁸⁰ ERICKSSON, K. P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 141.

⁸¹ *O Globo*, 20 de Junho de 1962, p 1.

professor Dantas, criticavam a Política Externa Independente e sua aproximação com os sindicatos e os “comunistas”. *Diário de Notícias e Jornal do Brasil*, concedendo voto de confiança ao governo e a Dantas, pediam o fim da “crise de autoridade” e a nomeação de um Premier. O PSD, maior bancada no congresso, era contrário à nomeação, pois, o gabinete deveria ser formado por um político deste partido; a UDN acompanhava esta assertiva. O PSD admitia a necessidade das reformas; contudo, mais urgente era a solução do “real” problema brasileiro, a inflação e a ineficiência administrativa do governo.

As organizações dos trabalhadores e sindicatos, frente à indicação de San Thiago Dantas ao Gabinete, prontamente manifestaram seu apoio à posse do Ministro e ameaçaram deflagrar uma greve geral caso este, ou qualquer nome nacionalista, não fosse aceito para a sucessão ministerial. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) surgiria neste episódio como desdobramento do Comando Geral de Greve. Devido às pressões, Auro de Moura Andrade, que havia assumido o cargo de Primeiro Ministro após a tentativa de empossar San Thiago Dantas renunciou, ainda que a greve organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) não tivesse sido iniciada no momento da renúncia. Após o sucesso de sua estratégia⁸² de limitar as possibilidades de escolha dos partidos ao cargo de Primeiro Ministro, diante das pressões e greves, o presidente João Goulart tentou parar o movimento, mas sem sucesso.

Os trabalhadores, mostrando sua crescente independência em relação ao líder trabalhista, recusaram o pedido continuando com os protestos em nome de um Gabinete nacionalista e reformista. Segundo Dante Pelacani, então presidente da CNTI e líder do movimento grevista: “Nós estamos do lado do presidente João Goulart, mas não estamos sob o seu comando. Se não fizermos a greve, ficaremos desmoralizados”.⁸³ No dia 7 de julho de 1962, o Congresso e o Executivo chegaram a um entendimento sobre o nome a ocupar o cargo de Primeiro Ministro. Brochado da Rocha, político do PSD que havia feito parte do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, assumiu o ministério com o propósito de antecipar o plebiscito sobre o sistema presidencialista. A sobrevivência deste gabinete dependia do estabelecimento de uma data para o plebiscito.

⁸² Argelina Figueiredo faz uma detalhada análise desta estratégia de João Goulart. FIGUEIREDO, A. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 75.

⁸³ *Jornal do Brasil*, 5 de julho de 1962, p. 3.

O presidente João Goulart dedicou seus primeiros oito meses de governo à “pacificação” dos diversos grupos políticos e a aquisição de seus plenos poderes executivos com a volta do presidencialismo. As lideranças sindicais, nos primeiros meses do governo de Jango permaneceram “acomodadas” a fim de evitar uma reação de militares contrários à posse de João Goulart, no entanto, com o aumento da inflação e a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores e classes médias, ampliavam-se os fatores para a mobilização sindical.⁸⁴ No 1º de maio de 1962, depois de um discurso favorável às reformas, sindicatos mobilizaram os trabalhadores em prol de uma campanha pelas Reformas de Base com um tom nacionalista. Este movimento influenciou diretamente a greve geral que reivindicava um Gabinete “nacionalista e democrático”.

As ameaças de greve geral dos trabalhadores causaram nas páginas dos jornais um clima de tensão e apreensão. Os jornais traziam em seus editoriais ataques ao movimento grevista e à tentativa “ilegal” deste setor reivindicar um Gabinete Nacionalista e reformista. A greve foi lida como uma pressão indevida ao processo político brasileiro, não cabendo aos trabalhadores este tipo de reivindicação. O tema da conspiração ao regime democrático ganhava espaço nas páginas dos jornais. Diante do contexto lingüístico fortemente marcado pelo dualismo, o mito da conspiração⁸⁵ ganhará relevância no debate político referindo-se tanto à ação dos conspiradores, quanto à ação dos responsáveis em por fim a conspiração. A conspiração contra o regime figurava como uma possibilidade vinda de diversos grupos políticos à esquerda e à direita. O temor e a ansiedade às possíveis mudanças relacionados a problemas concretos em um ambiente dualizado, torna atraente a idéia de que um grupo identificado com o mal tomaria atitudes extremas para impor tais mudanças.

Neste momento, estudantes universitários reivindicavam maior participação e ingerência nos conselhos diretivos das universidades e ameaçavam entrar em greve. O Ministro da Educação, Oliveira Brito, reage caracterizando o movimento como uma tentativa de transformar a universidade em trampolim para a

⁸⁴ ERICKSSON, K. P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 149.

⁸⁵ Para uma narrativa mais detalhada da história do mito da conspiração relacionada aos jesuítas, maçons e judeus, ver. GIRARDET, R. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

“revolução social” e uma contribuição para o *caos social* e a *agitação*. Segundo o Ministro:

Rastilhos revolucionários é bem a expressão que cabe para este e outros movimentos, para certas atitudes e posições que só podem tumultuar e conflagrar o país, levando-o ao caos e à revolução social.⁸⁶

No dia seguinte, o jornal *O Globo*, em editorial que exaltava os “verdadeiros” estudantes, contrários ao movimento grevista, estimulava a procura do caminho da concórdia, pois, num país democrático como o Brasil “as soluções devem ser encontradas sempre num clima de harmonia, democraticamente, sem pressões descabidas e ameaças de greve”.⁸⁷ A harmonia e a concórdia eram pressupostos da democracia, que por sua vez estavam opostos aos estudantes e a seus métodos de ação que levariam o país ao caos e à revolução.

Em resposta ao jornal *O Globo*, um jornal representante dos estudantes publicado no *Diário de Notícias*, chamado *O Metropolitano*, denunciou uma campanha que, segundo o jornal, visava aterrorizar a opinião pública com possíveis golpes. Este suplemento semanal publicado ao longo do mês de junho de 1962 era o órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes. Este jornal estudantil relatava que havia aumentado no decurso de uma semana as campanhas golpistas de grupos conservadores, visando à conturbação da ordem. Denunciavam que estes grupos não acreditavam “nem por um momento na consciência do povo – para eles a ‘massa informe’ – nem na capacidade de luta do povo”.⁸⁸

A participação dos trabalhadores na política era vista com muitas ressalvas por determinados setores políticos. Isto se dava devido à crença na baixa racionalidade apresentada por esta “massa”, e, sua predisposição à manipulação de políticos demagogos e “comunistas”. Em artigo assinado por Pedro Dantas no *Diário de Notícias* o perigo da infiltração comunista se junta ao despreparo das massas. Segundo o articulista:

Infiltração denunciada por várias autoridades militares nos mais altos escalões das Forças Armadas, o que evidencia que o fenômeno exige maior atenção. Devemos reconhecer que as condições de vida do povo, em vastas regiões e em diversas

⁸⁶ *O Globo*, 5 de Junho de 1962, p 1.

⁸⁷ *O Globo*, 6 de Junho de 1962, p.1.

⁸⁸ *O Metropolitano*, 2 de junho de 1962, p. 3

camadas sociais prestam-se excepcionalmente à exploração em profundidade dos sentimentos ou ressentimentos de revolta e injustiça social propícios à aceitação das soluções de desespero. Os comunistas são longamente especializados em tirar partido de tal situação, puxando a brasa para sua sardinha, o que lhes é facilitado pela ingenuidade e boa fé com que são recebidos os seus ensinamentos por uma população despreparada e inexperiente.⁸⁹

A participação de estudantes era vinculada à minoria “desprezível” de “estudantes profissionais” segundo o articulista Gustavo Corção no *Diário de Notícias*⁹⁰. Mais uma vez o jornal estudantil *O Metropolitano* entra na disputa discursiva pela legitimidade da greve estudantil e defende a manifestação dos estudantes como uma reivindicação estudantil não vinculada a propósitos revolucionários ou conspirações:

A atual greve nacional universitária tem sentido totalmente dedicada aos problemas universitários, específicos do estudante brasileiro. É necessário que isto seja afirmado e confirmado para que manobras dos jornais reacionários sejam desmascaradas. Temos consciência, é evidente, de que a Reforma Universitária é também um problema político, como o é, aliás, a Reforma Agrária e todas as reformas colocadas na ordem dos debates pelo povo brasileiro, pois a inadequação da nossa estrutura social é a grande responsável pela onda de reivindicações que se levanta em todo o território nacional.⁹¹

Estava em jogo para *O Globo* o perigo de um conflito social de grandes proporções e de um golpe de Estado que poderia ser perpetrado por “agitadores” que se aproveitariam do momento instável. Para os estudantes, a divulgação de boatos de golpe estaria vinculada à tentativa destes grupos conservadores de realizarem o golpe. Outro jornal carioca, este vinculado ao projeto trabalhista, a *Última Hora*, em editorial, denunciava que:

Os conspiradores [chegam] ao cinismo de armar para o país a falsa opção de transformar-se numa Argentina militarizada ou numa Cuba “russificada”, quando, na verdade, nem o triste destino de uma ou de outra dessas nobres nações é o desejo da imensa maioria do povo brasileiro, que quer sim, um Presidente da República investido de plena autoridade para o exercício de suas altas funções e um Primeiro Ministro que, juntamente com o seu gabinete, possa assegurar a continuidade do nosso regime democrático e o aperfeiçoamento das nossas conquistas sociais e econômicas.⁹²

⁸⁹ DANTAS, P. *Diário de Notícias*, 14 de junho de 1962, p. 5

⁹⁰ CORÇÃO, G. *Diário de Notícias*, 10 de Junho de 1962, p. 2

⁹¹ *O Metropolitano*, 9 de Junho de 1962, p. 2.

⁹² *Última Hora*, 22 de junho de 1962, p. 1

De parte a parte, a conspiração aparecia como arma retórica na opinião pública em relação à defesa da democracia, pois, os conspiradores conspiram contra a democracia, ou antes, conspiram contra *as democracias*. E igualmente, as denúncias de conspirações são feitas em nome da vigilância ao regime, ou *aos regimes*. Acredita-se, portanto, que a democracia possuía valor no mercado político, pois, em meio a estas conspirações seriam necessárias determinadas atitudes em sua defesa e manutenção. Não obstante, outra arma retórica utilizada pelos jornais e grupos políticos nos jornais, é o apelo à maioria. Os adversários políticos, à esquerda e à direita, colocavam-se sempre ao lado da maioria contra a minoria.

Em editorial do *Jornal do Brasil* discute-se a campanha contra San Thiago Dantas. Segundo o *Jornal do Brasil* estaria em curso uma campanha dos grupos “mais retrógrados” e “minorias históricas” contra os possíveis avanços representados pelo governo João Goulart. Num tom irônico e de críticas fortes, o editorial denuncia que,

Se o presidente não quiser provocar a guerra-civil, deverá escolher um Primeiro-Ministro incolor, inodoro e insípido, nem carne nem peixe, um zero à esquerda (ou melhor, um zero à direita) que conte com o apoio decisivo das minorias mais históricas e dos grupos mais retrógrados. A campanha, afinal, não é contra o Sr. San Thiago Dantas. E, apesar de todas as figurações não é – basicamente – contra a atual política externa de independência.⁹³

Não reconhecendo o Chanceler como alvo da não aceitação de sua nomeação ao Gabinete, o jornal expõe sua opinião sobre os reais motivos desta campanha, supostamente contra San Thiago Dantas.

Essa campanha que, diariamente, dá a impressão ao povo que vai haver golpe, de que os comunistas tomaram conta do país, de que não haverá eleições de que tudo estará perdido se as Forças Armadas brasileiras não fizerem o que as Forças Armadas argentinas fizeram, não é contra o Sr. San Thiago Dantas, mas contra tudo o que ele pode representar em matéria de progresso e independência.⁹⁴

O *Jornal do Brasil*, em tom de denúncia, declarava se tratar na verdade de uma campanha que conspirava contra a plataforma de governo de Goulart, e não contra a política externa independente de San Thiago Dantas. Aspecto interessante

⁹³ *Jornal do Brasil*, 13 de junho de 1962, p. 6.

⁹⁴ *Ibid.*

deste editorial é a relação estabelecida entre esta conspiração denunciada contra os cidadãos e às possibilidades de reformas. “Trata-se, enfim, de uma campanha organizada, financiada, dirigida contra o predomínio do poder civil, contra a possibilidade das reformas de base”.⁹⁵ O editorial aponta ainda para a possibilidade de modificações no regime democrático, inspirados nos “Estudos Sociais mais avançados” e nas Encíclicas religiosas a despeito de seus obstáculos.

A democracia – uma democracia inspiradas nas Encíclicas novas, dos Estudos Sociais avançados – pode ser implementada. E isso, para os setores mais arcaicos, para os interesses criados e malcriados, representa um perigo. O jeito, portanto, é falar no perigo comunista.⁹⁶

Como se pode ler, segundo o *Jornal do Brasil*, a exacerbação do “perigo comunista”, não passaria de uma conspiração que buscava conter mudanças no regime democrático, mudanças estas, que estariam em desacordo com “minorias conservadoras”. No entanto, o editorial não nega a presença de um perigo comunista, ao contrário, aponta que, caso esta conspiração continue, há, de fato, a possibilidade de vir a existir enquanto problema.

Existe um perigo comunista. Quem pode negá-lo? A nossa opinião é de que o perigo comunista se torna cada vez maior à medida em que o povo deixa de acreditar na democracia. E o povo descrê na democracia quando esta se recusa a fazer justiça social, a fomentar o progresso econômico e a garantir a estabilidade financeira.⁹⁷

Ainda que o comunismo dividisse opiniões dos jornais quanto à intensidade do perigo que representava ao regime democrático, a estabilidade econômica e a produção de bem-estar social estavam diretamente vinculadas à estabilidade democrática e ao desenvolvimento econômico. O comunismo enquanto problema político, neste momento, apareceria somente caso a democracia não cumprisse tal papel de estabelecer a justiça social e o progresso econômico. Neste momento a conspiração ainda não havia se tornado de maneira geral, nos jornais analisados, algo intrinsecamente ligado aos comunistas.⁹⁸ À medida que o “perigo vermelho”

⁹⁵ *Jornal do Brasil*, 13 de junho de 1962, p. 6.

⁹⁶ *Ibid.*

⁹⁷ *Ibid.*

⁹⁸ Para uma análise detalhada das relações entre o mito conspirativo e o anticomunismo ver. MOTTA, R. P. S. O Mito da Conspiração Judaico-Comunista. In: *Revista de História*. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, vol. 138, p. 93-105, 1998.

se intensificar, a conspiração assumirá uma relação direta com “comunistas” e seus aliados. A partir do momento que o regime democrático não desse conta de realizar as expectativas, neste caso, a justiça social, corria o risco de ser desacreditado.

A opinião dos inimigos da democracia é a de quanto pior, melhor. E procuram piorar a situação para conquistar o poder.

E é por isso que exageram o perigo comunista, exacerbam os ânimos nas Forças Armadas, deturpam fatos, frases (...)

A verdade é que estão brincando com o fogo, jogando com o nosso futuro, matando a nossa esperança, ameaçando as famílias, atentando contra a unidade nacional. E tudo para quê? Para que alguns privilégios durem mais alguns anos até que a violência acabe com eles? O País precisa ver nitidamente o que está acontecendo, para que a cega fúria dos cegos não o condene à revolução.⁹⁹

Evocando também a unidade nacional e a família como “bens” a serem resguardados, o editorial o faz no sentido de denunciar possíveis tentativas de grupos conservadores manterem seus privilégios contrariando as reformas. A exacerbção do perigo comunista estaria a serviço de grupos conservadores, e não dos próprios comunistas. Neste editorial, os inimigos da democracia, conspiravam, flertavam com as Forças Armadas, em nome da manutenção de um regime que não estaria atendendo, segundo o editorial, aos anseios populares. Daí sim decorre o problema. O não atendimento às demandas populares acarretaria na descrença à democracia aumentando as possibilidades de revolução.

O desenvolvimento econômico estaria assim diretamente ligado à estabilidade do regime democrático. Devido à crise econômica¹⁰⁰ vivida pelo país, as possibilidades de convulsão social seriam grandes levando em consideração, segundo os conservadores, um regime corrompido pelo “amorfismo” de seu povo e a presença de políticos demagogos. Havia a grande preocupação de que os comunistas, “aproveitadores” e “oportunistas” se utilizassem da situação

⁹⁹ *Jornal do Brasil*, 13 de junho de 1962, p. 6

¹⁰⁰ Sobre a crise econômica vivida pelo Brasil da década de 1960, a atribuição de toda a responsabilidade ao governo João Goulart é exagerada. O governo teve que conviver com uma “herança pesada em termos de desequilíbrio das variáveis macroeconômicas, cuja correção demandava mais do que uma simples administração eficiente de política econômica”. Para solucioná-la seria necessário um amplo pacto com as forças sociais, políticas e econômicas, o que não foi possível em virtude do governo se encontrar sitiado em meio a boicotes de uma coalizão conservadora que não aceitava as reformas sociais e a um quadro de acirramento da guerra fria que impunha restrições as possibilidades de busca de financiamentos externos. Ver, MELO, H. P. de.; BASTOS, C. P. e ARAUJO, V. L. de. A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado. In: FERREIRA, M. de M. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 104.

econômica do país para iniciarem o processo de revolução tão temido e indesejado. Neste aspecto residia a preocupação de alguns grupos políticos em combater a inflação e a alta dos preços e realizar as reformas de base, ainda que moderadas e gradualmente.

O encontro de governadores em Araxá marcou esta preocupação em torno das reformas. Em documento divulgado no *Correio da Manhã*, os governadores reunidos alertaram que “seu retardamento já compromete a confiança popular na democracia”.¹⁰¹ Mais adiante, no mesmo documento, afirmam a convicção de que os problemas devem ser resolvidos dentro da ordem democrática e na adoção das “reformas sugeridas e aprovadas na Conferência, visando ao aperfeiçoamento da ordem econômica de forma compatível com os princípios da justiça social”.¹⁰² Dentre as reformas sugeridas, que viriam seguidas do combate aos “inimigos da ordem democrática, comunistas e facistas”; o combate à inflação, “sem o qual se tornam improficuas, senão impossíveis, as reformas reclamadas pelo povo”;¹⁰³ a reforma eleitoral e a instituição da cédula única na repressão à influência estatal ou do poder econômico; a reforma agrária e desapropriação de terras mediante indenização em títulos do Estado. As Reformas preconizadas pelos governadores em Araxá enfatizavam o caráter econômico e financeiro da crise. Visavam aperfeiçoar a ordem econômica de acordo com os princípios da justiça social. Para que isto fosse possível, era necessário combater os “comunistas” e inimigos da ordem e do regime.

A unidade brasileira vinculada à tradição cristã e militar do Brasil era evocada contra atitudes “fratricidas” dos “comunistas sem pátria e ateus”. Desta maneira, quaisquer conflitos entre ideologias divergentes deveriam ser esquecidos em prol da unidade e harmonia da sociedade brasileira. O anticomunismo brasileiro da década de 60, devido ao caráter elástico do conceito de comunismo, agia como um “guarda-chuva” englobando uma gama extensa de práticas políticas.¹⁰⁴ Ainda em resposta ao “perigo comunista” e ao conflito instaurado pelas demandas de um gabinete nacionalista e reformista, o jornal *O Globo* adverte:

¹⁰¹ Correio da Manhã, 12 de Junho de 1962 p. 5

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ Ibid.

¹⁰⁴ MOTTA, R. P. S. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

Mas ninguém duvide que, se os profissionais da agitação e da subversão pensarem em fazer qualquer ensaio, terão pela frente de imediato, coeso e operante, o Exército de Caxias, o construtor da unidade brasileira e fiador do regime democrático nas terras da Antiga América Portuguesa. Aqui as forças armadas são democráticas e vigilantes!¹⁰⁵

O mito de Caxias é evocado para referir-se à unidade do povo brasileiro e o papel do exército na vigilância da democracia desde os tempos imperiais. Ao longo do governo de Jango o Exército esteve dividido; havia setores favoráveis à intervenção na política a fim de restabelecer uma determinada ordem e setores favoráveis ao cumprimento legal do mandato de João Goulart. O apoio de militares foi extremamente importante para que Jango conseguisse o retorno ao presidencialismo. As Forças Armadas apresentavam-se, e eram representadas nas páginas dos jornais, como os fiadores da ordem e do regime democrático. A manipulação de alguns mitos políticos contribuirá para consolidar posições posteriores das Forças Armadas no sentido de uma unidade da corporação como responsável pela manutenção da ordem democrática. Aspectos fundamentais na compreensão dos mitos políticos são: referência a tempos imemoriais, sua capacidade explicativa do presente, e, sem dúvida seu papel mobilizador e aglutinador.¹⁰⁶ A democracia concebida pelos opositores de João Goulart deveria conter os conflitos e estimular a concórdia e harmonia entre os pares. Não obstante, deveria proteger-se e ser vigilante frente aos perigos e conspirações contra o regime.

As leituras feitas sobre a participação na política neste momento e, sobretudo, as imagens dispostas na imprensa analisada, afirmavam mitos de unidade, harmonia e paz social em detrimento de uma mobilização política que estaria ligada à *agitação* comunista. Grupos políticos conservadores que se opuseram à ascensão da mobilização e participação política dos trabalhadores através dos sindicatos, e do programa de Reformas de Base de Jango, orientaram suas ações políticas na direção de uma democracia representativa de baixa participação. A participação política fora dos limites estabelecidos pela representação legal de determinados setores seria vista como subversão da ordem, ou seja, tentativas de macular a unidade e harmonia brasileira através do conflito e

¹⁰⁵ *O Globo*, 11 de Junho de 1962, p. 1.

¹⁰⁶ GIRARDET, R. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 13.

da sedição. A participação de sindicatos nas decisões políticas era lida por alguns órgãos de imprensa como inconstitucional, pois, dentro de uma democracia representativa a representação estaria a cargo dos políticos eleitos pelo voto. Ao reportar-se à ameaça de greve geral dos trabalhadores, o jornal *O Globo* menciona em editorial que:

Pela sistemática do regime democrático, o povo (que não se compõe somente dos trabalhadores filiados a certas entidades ou dos dirigentes destas) é representado pelos deputados e senadores com assento no Congresso Nacional. São estes os intérpretes legítimos das aspirações populares e a atitude das organizações acima citadas, sobre ser indébita, significa uma pressão injustificável e uma demonstração de desconfiança no critério dos parlamentares. (...) A única maneira legítima de participarem, uns e outros, na vida política do país é através do voto que depositam nas urnas no dia das eleições. Uma vez eleitos, os parlamentares devem deliberar livremente, sem sofrer injunções de qualquer espécie.¹⁰⁷

O fragmento alude ao regime democrático como sendo uma democracia representativa de base liberal, pois, fundada nas instituições democráticas do voto e da representação eleitoral. Dentro deste modelo de democracia, os líderes políticos ao terem recebido do povo o dever de representar-lhes teriam autonomia para agir politicamente, não devendo ser pressionados ou sofrerem interferências nas decisões tomadas. Segundo o jornal, “uma vez eleitos, os parlamentares devem deliberar livremente, sem sofrer injunções de qualquer espécie”.¹⁰⁸ Esta posição reitera o argumento sobre a função política dos cidadãos de apenas formar ou destituir governos através do voto.¹⁰⁹

Através dos jornais analisados consolida-se uma forma de participação aceitável e desejada àqueles que se opunham à mudança da inserção popular na política e à ampliação da democracia. Esta participação, que deveria possuir caráter apolítico e apartidário, estaria relacionada à unidade e à harmonia do povo brasileiro e colaboraria na vigilância e contenção dos planos conspiratórios dos “agentes da desordem” e dos comunistas. Uma mobilização que não contasse com uma “ocupação” efetiva do espaço público de decisão política, mas uma mobilização amparada por mitos e valores do âmbito privado e voluntarista. Mais

¹⁰⁷ *O Globo*, 16 de junho, p 1.

¹⁰⁸ *Ibid.*

¹⁰⁹ SCHUMPETER, J. Mais uma Teoria de Democracia. In: *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 331.

uma vez, frente aos problemas políticos e às decisões exigidas, a moral orientava a ação.

A democracia enquanto valor era comumente evocada nas páginas dos jornais. Um valor tradicional ao povo brasileiro. Este valor e suas tradições estavam ameaçados pela “infiltração comunista” denunciada, inclusive, “por altos escalões das Forças Armadas”.¹¹⁰ Esta infiltração tornava-se mais perigosa diante do quadro em viviam diversas camadas da população sujeitas “excepcionalmente à exploração em profundidade dos sentimentos ou ressentimentos de revolta e injustiça social propícios à aceitação das soluções de desespero”.¹¹¹ Na manutenção dos princípios democráticos solicitavam-se atitudes “verdadeiras” e desinteressadas em detrimento das “habilidades” e “manhas”. Pedro Dantas em artigo que evoca estas atitudes “verdadeiras” aos leitores, escreve:

Convençam-se cada um, dentro destas linhas, que são os princípios que contam verdadeiramente, não tanto as aplicações e conseqüências que, aliás, não seriam válidas se desligadas dos aludidos princípios.

A estes, devemos, pois apegar-nos, desprezando as habilidades e manhas em favor de uma atitude franca, leal e responsável, assumida com plena consciência de causas, como manda o figurino.¹¹²

Em tom individual, limita a validade das aplicações e conseqüências da política à sua ligação com os princípios democráticos e a consciência das causas. Em nota assinada pelo IPES intitulada “*O Brasil quer tranqüilidade*”, e divulgada pelo *Diário de Notícias* admitia-se que “todos os problemas podem ser solucionados desde que haja disposição sincera de vencê-los”.¹¹³ A nota trazia uma clara preocupação com o período pré-eleitoral vivido pelo Brasil de meados de 1962. Atacava frontalmente João Goulart e seus aliados parlamentares, e os acusavam de agitar o País, com o fim único de evitar o voto livre do povo. Segundo a nota, a sanção a estes agitadores seria dada através do voto reforçando o valor do sistema eleitoral e democrático para este órgão. Esta seria uma ação que contribuiria para o aperfeiçoamento político do País, e conseqüentemente para o desenvolvimento econômico e social. Afirmando que um país sem elites dirigentes é uma sub-Nação, convocam os brasileiros ao afastamento dos

¹¹⁰ DANTAS, P., *Diário de Notícias*, 8 de junho de 1962, p. 5.

¹¹¹ Ibid.

¹¹² Ibid.

¹¹³ *Diário de Notícias*, 8 de Junho de 1962, p. 6.

demagogos e de líderes que manipulam este país. Afirmando que a “opinião pública” não participa da “trama dos extremos”, fazem um apelo à união dos brasileiros no sentido de que “se concentrem no esforço comum e desinteressado pela democracia legitimamente exercida, única opção para os povos conscientes livres de tutela”.¹¹⁴

No dia 16 de junho, o jornal *Correio da Manhã* divulga a atuação de um grupo de senhoras contrário à indicação do nome de San Thiago Dantas ao gabinete ministerial. O *Diário de Notícias* também traz uma manchete de capa exaltando a iniciativa da Madame Luísa Lopes, que estivera à frente da Aliança Eleitoral pela Família, de boicotar “revistas, jornais e lojas comerciais que se mostrarem contrários ao ponto de vista que firmaram de combate sem tréguas à nossa atual política exterior de relações com a União Soviética”.¹¹⁵ Este grupo apresentava-se como um movimento interessado em “congregar o eleitorado carioca em torno de meia dúzia de itens que importam defender: A Família, a democracia representativa, tendo em vista os postulados cristãos”.¹¹⁶ No artigo, escrito por Nelson Costa, sobre a Aliança Eleitoral pela Família, no *Correio da Manhã*, o articulista propõe que seu manifesto deve ser lido e “meditado sem paixões políticas, apenas com o pensamento voltado para a Família, que é a célula máter da sociedade e da Pátria”.¹¹⁷ Este mesmo movimento do grupo feminino recebeu cobertura do *O Globo*, tendo, neste jornal, seu manifesto publicado na íntegra. No manifesto, as mulheres indicavam o caminho *correto* a ser seguido por Jango.

Há dois caminhos em suas mãos: um que o conduzirá ao socialismo esquerdista e ao desamor do povo; outro, à liberdade democrática, ao respeito e agradecimento do Brasil. Em nome, pois, da mulher brasileira, sem pensar em política nem em ódios partidários, mas apenas pedindo com um coração angustiado pelo futuro de seus filhos, siga, Sr. João Goulart, o caminho que nos levará ao grande ideal da liberdade e da democracia.¹¹⁸

As imagens dispostas no manifesto buscavam aglutinar seus leitores em torno da família em oposição a uma mobilização política que estaria ligada à *agitação* comunista e ao “desamor”. Os códigos culturais relativos ao

¹¹⁴ *Diário de Notícias*, 8 de Junho de 1962, p. 6.

¹¹⁵ *Diário de Notícias*, 16 de junho de 1962, p. 1.

¹¹⁶ COSTA, N. *Correio da Manhã*, 15 de junho de 1962, p.2.

¹¹⁷ *Ibid.*

¹¹⁸ *O Globo*, 20 de Junho de 1962. p 5.

congregamento proposto incentivavam à concórdia e atitudes destituídas de caráter político e partidário. As palavras de ordem pelas quais ansiavam lutar traduziam-se, em tom descompromissado, em “meia dúzia de itens”. Traziam em seu interior um sentido fortemente religioso. Ao desvincularem-se de “ódios partidários” e dos pensamentos em política, valendo-se do apelo em nome da família e da tradição democrática brasileira, este manifesto das mulheres cariocas contra Santiago Dantas, corrobora com as propostas de uma atitude voluntarista e “apolítica” – pois, indiretamente *política* – frente aos acontecimentos políticos. Neste aspecto, também se aproxima de uma visão do regime democrático brasileiro enquanto um ambiente corrompido, pelos políticos trabalhistas “interessados” e “demagógicos”, pelos comunistas “agitadores” e representantes da desordem, pelo povo “ingênuo”, amorfo. A vigilância democrática pautada por atitudes morais seria a “cura” desta política corrompida.

Esta forma de participação da sociedade, desvinculada de quaisquer prerrogativas políticas – entendendo-as como partidárias e/ou ideológicas concebidas em um ambiente de dissenso – habitaria um processo político marcado pelo “consenso valorativo”, ou seja, um processo onde as decisões políticas deveriam ser alcançadas mediante adoção do modelo político apropriado que se observaria através de análise técnica e “isenta”. Bolívar Lamounier, em texto sobre a formação de um pensamento autoritário no Brasil, alerta para a caracterização do conflito social como algo da ordem do irracional, das paixões, e afastado do racional. Ao mencionar a visão paternalista do conflito social o autor aponta para a “idéia de erradicação total do conflito pela adoção do modelo político (técnico) apropriado”.¹¹⁹

Ao reportar-se à ameaça de greve em função da escolha de um gabinete nacionalista, o deputado do Estado da Guanabara do PDC, Gladstone Chaves de Melo menciona que: “quanto à greve geral ameaçada, nenhum homem de bom senso hesita: trata-se de subversão da ordem política e social”.¹²⁰ A participação

¹¹⁹ LAMOUNIER, B. Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação. In: *Historia Geral da Civilização Brasileira*. 2º Ed. São Paulo: Difel, 1978, Tomo III, Vol. 2, p.

¹²⁰ *O Globo*, 16 de Junho de 1962. p 3. Note-se que para o conservador, o concreto torna-se constatável através do “bom-senso”, pois, está interligado ao cotidiano e não em abstrações filosóficas desenraizadas e desagregadoras. O pensamento conservador concebe o mundo como dotado de “evidentes diferenças” entre os homens. O conservadorismo vai se apegar às *suas* distinções e abominar os diferentes. A crença na destruição do organismo social diante da adoção

de sindicatos e trabalhadores deveria limitar-se às reivindicações de classe de aspecto econômico. A mobilização e a intervenção no espaço público de decisão política acompanhada de caráter politizado seriam vistas de maneira negativa sob a lente de alguns órgãos de imprensa e grupos políticos. Ainda sobre a mobilização dos sindicatos o deputado, Gladstone Chaves de Melo, menciona o papel dos sindicatos:

Numa democracia, os sindicatos são órgãos ocupados com os interesses profissionais de uma categoria que representam ao passo que a vontade política da nação se manifesta pelos partidos políticos. O que se vê é que os sindicatos pretendem substituir os partidos, assumindo função política, o que é próprio de certo tipo de Estado Totalitário.¹²¹

Os sindicatos deveriam, segundo o deputado, ocupar-se de assuntos de classe específicos deixando os assuntos políticos para os representantes e para os partidos políticos. Os sindicatos não possuiriam, assim, função política, exclusividade dos partidos. Aos trabalhadores cabia exercer sua função econômica dentro do processo de desenvolvimento do País e aos cidadãos sua função de instituir e destituir governos. O PTB neste momento dispunha de estratégias de aproximação com o eleitorado que estimulavam a participação mais efetiva dos sindicatos na política divergindo da concepção da maioria parlamentar formada por PSD e UDN¹²². Posteriormente, na gestão do Ministério do Trabalho de Almino Afonso, figura importante dentro do PTB, esta estratégia ficará patente.¹²³

O General Osmino Ferreira Alves, comandante do I Exército deu sua palavra de apoio à permanência do presidente caso forças da “extrema direita” tentassem um golpe. Estas palavras soaram como um possível apoio aos grevistas e líderes sindicais que, no dia 4 de Julho, deram a palavra de ordem grevista para o dia seguinte. Frente a este apoio manifesto em palavras pelo comandante do I Exército, o *Diário de Notícias*, publica no dia 5 de Julho, em editorial, seu parecer sobre o apoio e à greve geral:

de formas de pensamento abstratas e democráticas está na base do pensamento conservador moderno, e é verificável de maneira análoga no contexto lingüístico brasileiro da década de 1960.

¹²¹ Ibid., p. 3.

¹²² D'ARAUJO, M. C. *Sindicatos, Carismas e Poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

¹²³ ERICKSSON, K. P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 117

E esse apoio é salutar e benéfico, nesta hora, para a sustentação da ordem e da paz interna. Mais do que nunca se faz necessária a vigilância dos responsáveis pela ordem, mormente quando, aproveitando-se das circunstâncias, elementos agitadores querem interferir no processo da escolha do novo conselho de Ministros (que, eles sim, como nós outros, os demais elementos do povo, não temos competência constitucional para fazê-lo, senão nas urnas). Greves com tal objetivo são manifestamente ilegais. E a autoridade do governo não deve ser posta em xeque por elas.

É ocasião, pois, de todos pensarem mais no Brasil e menos em si próprios. E num clima de harmonia e ordem, de patriotismo e desprendimento, tornar efêmera a crise e procurar superá-la com presteza, recolocando o país na sua normalidade de vida e instituições.¹²⁴

O editorial aborda as questões referentes ao papel das Forças Armadas no regime democrático e no aspecto inconstitucional da greve. Sobre as Forças Armadas, afirma o papel de mantenedores da ordem e do regime. Interessante perceber que nas declarações do general, o golpe seria tentado por grupos de “extrema direita”, no entanto, no editorial, os “agitadores” são os grevistas, enfatizando a disputa pela caracterização negativa dos adversários políticos. No editorial, por serem os parlamentares os únicos habilitados constitucionalmente a interferirem na escolha do Gabinete, a interferência dos trabalhadores era ilegal. Novamente os valores de harmonia e paz social são evocados contra a crise política, estes, deveriam ser acompanhados de uma atitude moral desprendida.

A instabilidade do regime parlamentarista esteve ligada à estratégia de João Goulart de limitar as escolhas de seus opositores valendo-se da mobilização dos trabalhadores como forma de pressão política orientada para a escolha de um Gabinete nacionalista e reformista que estivesse comprometido com a volta ao presidencialismo.¹²⁵ A imprensa mostrava-se insatisfeita e fazia constantes críticas ao modelo parlamentarista adotado “no improvisado”. Os jornais alertavam sobre um ambiente de “desgoverno” e falta de autoridade. Além destes fatores, a crise dos Gabinetes e a morosidade de ações para conter a crise eram creditadas ao caráter híbrido do parlamentarismo no Brasil.

Mas, se não forem tomadas providências, ninguém se admire de que o ano de 1963 venha a assinalar o paroxismo do processo inflacionário, com efeitos imprevisíveis, que poderão levar a uma completa subversão da ordem político-social.¹²⁶

¹²⁴ *Diário de Notícias*, 5 de Julho de 1962, p.4.

¹²⁵ FIGUEIREDO, A. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 75.

¹²⁶ *Diário de Notícias*, 3 de Junho de 1962, p. 4.

Com o processo político ganhando tons de radicalidade retórica, em setembro, sob ameaças de Leonel Brizola à esquerda e Carlos Lacerda à direita, o gabinete de Brochado da Rocha pediu que o plebiscito fosse realizado no dia 7 de outubro, mas não obteve êxito. Com nova ameaça de greve geral do recém criado CGT, caso o plebiscito não fosse aprovado para outubro de 1962, a situação se agrava. O comandante do III Exército no Rio Grande do Sul, Jair Dantas Ribeiro advertiu ao Ministro da Guerra, Nelson de Mello, que diante da intransigência do parlamento em apresentar soluções, da iminente renúncia do Gabinete recém formado e a crescente mobilização nas ruas, não seria capaz de manter a ordem. Jair Dantas Ribeiro tornou público um memorando nas páginas do *Jornal do Brasil*¹²⁷ em que previa uma “luta fratricida” caso o Congresso recusasse a aprovação do plebiscito para outubro. Acompanharam Jair Dantas Ribeiro, os comandantes da I e II Regiões Militares, Osvino Alves e Peri Bevilacqua. Mediante tais declarações em apoio ao movimento grevista, o CGT convocou uma greve geral nacional e em seguida, no dia 15 de setembro, Brochado da Rocha renunciou. Segundo Ericksson, “As Forças Armadas não somente protegeram os grevistas, como haviam feito em julho, mas os líderes militares empreenderam uma campanha por conta própria para conseguir o plebiscito”.¹²⁸ O plebiscito foi marcado para dia 6 de janeiro de 1963. Mais uma vez, os sindicalistas não cancelaram a greve depois de pedido de Goulart demonstrando independência em relação ao governo.

A antecipação do plebiscito que seria responsável pela reaquisição dos poderes presidenciais foi uma grande vitória política de João Goulart, que contou com apoio de uma parcela dos militares e com a participação dos sindicatos.¹²⁹ Por outro lado, o presidente deveria pautar seu governo nos valores por ele

¹²⁷ *Jornal do Brasil*, 13 de Setembro de 1962, p. 3.

¹²⁸ ERICKSSON, K. P. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 155.

¹²⁹ Apesar de não haver dúvidas quanto ao fortalecimento do governo após o plebiscito, vale lembrar que a diferença de votos em favor da rejeição ao parlamentarismo, se deveu para além do apoio às propostas do governo, a uma soma de interesses de diversos grupos de orientação política distinta do governo e que visavam às eleições presidenciais de 1965. Nestes, podemos incluir o PSD que já se articulava em torno da candidatura de Juscelino Kubitschek e a Banda de Musica udenista que se articulava em torno de Carlos Lacerda. Além disso, havia os diversos setores insatisfeitos com os problemas de governabilidade do sistema parlamentarista e o quadro de estagnação econômica. O apoio dado por industriais paulistas, ligados à FIESP, para a campanha do plebiscito contribuiu para reforçar a idéia de que o apoio ao presidencialismo não estava efetivamente vinculado a um alinhamento com as propostas reformistas do governo de João Goulart. Ver, FIGUEIREDO, A. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 89.

defendidos em suas declarações em 1961. Deste momento em diante a Constituição, a qual Jango “jurou defender”, será evocada juntamente com os valores estabelecidos no ato de sua posse. A radicalização da estratégia da mobilização de grupos extra-parlamentares ao longo do ano de 1963 afastará os militares do governo e levará os jornais a intensificarem a construção de concepções negativas sobre a participação política e a manutenção do regime democrático representativo. Este aspecto será crucial na aglutinação da oposição ao governo e ao presidente João Goulart e na formação de um grupo coeso o bastante para a ação.